

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO: A FUNÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

Anita Kon*

Este artigo coloca em discussão a questão da responsabilidade social das empresas e aponta para a utilização das ações que tenham esse objetivo como instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. O tema da responsabilidade social das empresas vem ganhando mundialmente atenção nas discussões acadêmicas, governamentais e nas empresas, particularmente no âmbito dos reflexos sobre o desenvolvimento econômico e no atual contexto de crise financeira mundial. O texto apresenta inicialmente conceitos teóricos sobre a inclusão da responsabilidade social na cultura organizacional das empresas, o desenvolvimento econômico sustentável e a dinâmica das empresas privadas no caminho do desenvolvimento. A partir de pesquisas de instituições especializadas, investiga a prática da responsabilidade social das empresas no Brasil. Os resultados da análise indicam que as ações das empresas que envolvem a responsabilidade social ainda não se encontram fortemente disseminadas no país, e é necessária a priorização de políticas públicas que tenham como função utilizá-las como instrumento para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Palavras-chave: responsabilidade social; empresas privadas; desenvolvimento; sustentabilidade; políticas públicas.

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AS A TOOL FOR DEVELOPMENT: THE ROLE OF PUBLIC POLICY

This article calls into question the issue of corporate social responsibility and the use of these actions as an instrument of public policy aiming social and economic sustainable development, mainly in the current context of global financial crisis. First, it presents theoretical concepts on the inclusion of social responsibility in corporate organizational culture, on Sustainable Economic Development and the dynamics of private companies in the way of economic development. From specialized institution researches, it investigates the practice of corporate social responsibility in Brazil. The results of the analysis indicate that these companies actions are not yet strongly disseminated in the country and it is necessary to prioritize public policies with the function to use them as a tool for socio-economic development.

Keywords: social responsibility; firms; development; sustainability; public policies.

RESPONSABILIDAD SOCIAL CORPORATIVA COMO HERRAMIENTA PARA EL DESARROLLO: EL PAPEL DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

En este artículo se pone en duda la cuestión de la responsabilidad social corporativa y el uso de estas acciones como un instrumento de política pública para el desarrollo sostenible. El tema de la responsabilidad social corporativa ha ganado la atención mundial en las discusiones

* Professora e pesquisadora do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGE/PUC-SP).

académicas, gubernamentales y empresariales, particularmente en el contexto de las reflexiones sobre el desarrollo económico y el contexto actual de crisis financiera global. El texto comienza presentando los conceptos teóricos sobre la inclusión de la responsabilidad social corporativa en la cultura organizacional sobre el Desarrollo Económico Sostenible y la dinámica de las empresas privadas en el camino del desarrollo. De instituciones de investigación especializadas, investiga la práctica de la responsabilidad social corporativa en Brasil. Los resultados del análisis indican que estas acciones de las empresas aún no están muy difundidas en el país y la necesidad de priorizar las políticas públicas que tienen la función de utilizarlos como una herramienta para el desarrollo socio-económico.

Palabras clave: responsabilidad social; empresas privadas; desarrollo; sostenibilidad; políticas públicas.

RESPONSABILITÉ SOCIALE D'ENTREPRISES COMME UN OUTIL POUR LE DÉVELOPPEMENT: LE RÔLE DES POLITIQUES PUBLIQUES

Cet article remet en cause la question de la responsabilité sociale des entreprises et la utilisation de ces mesures comme un instrument de politique publique pour le développement économique. La question de la responsabilité sociale des entreprises a attiré l'attention dans le monde entier dans les discussions académiques, gouvernementaux et commerciaux, en particulier dans le cadre des réflexions sur le développement économique et le contexte actuel de crise financière mondiale. Le texte commence par présenter les concepts théoriques sur l'inclusion de la responsabilité sociale dans la culture organisationnelle des entreprises sur le développement économique durable et la dynamique des entreprises privées dans la voie du développement. Des institutions de recherche spécialisées, enquête sur la pratique de la responsabilité sociale des entreprises au Brésil. Les résultats de l'analyse indiquent que ces actions des entreprises ne sont pas encore fortement disséminés dans le pays et la nécessité de hiérarchiser les politiques publiques qui ont la fonction de les utiliser comme un outil de développement socio-économique.

Mots-clés: responsabilité sociale; entreprises privées; développement; planification; politiques publiques.

JEL: H11, L, L38, L53, M14, O2.

1 INTRODUÇÃO

O tema da responsabilidade social das empresas vem ganhando mundialmente atenção nas discussões acadêmicas e governamentais e nas empresas, particularmente no âmbito dos reflexos sobre o desenvolvimento econômico. Além da submissão à ação da regulação ambiental, adicionalmente, as empresas vêm tomando consciência em relação à proteção ambiental, tendo em vista a responsabilidade moral e social de economizar e preservar recursos naturais, e a continuidade de utilização de insumos que estão se tornando menos abundantes e em processo de desgaste devido ao consumo descuidado, que assume forma predadora.

Paralelamente às questões que baseiam a tomada de decisão empresarial para a consecução da maximização do lucro ou da renda, surge a perspectiva alternativa da escolha entre o sacrifício de parte dos lucros em favor do

interesse social, dado que, na realidade, a responsabilidade social, para a empresa, tem origem na necessidade de preservar a disponibilidade de insumos produtivos e a manutenção da demanda. A tomada de decisão na firma, portanto, extrapola suas responsabilidades fiduciárias com seus acionistas e toma a forma de responsabilidade pelos recursos sociais, ainda que assumindo maiores custos de transação. A introdução desta nova cultura organizacional requer o desenvolvimento paralelo de novas formas de gestão compatíveis com a efetivação destes objetivos pela empresa, de modo a institucionalizar posturas e instrumentos de gestão, com relação aos seus *stakeholders* envolvidos, representados tanto por seu público interno quanto por fornecedores, comunidade, consumidores, meio ambiente, governo e sociedade.

A adoção de uma cultura organizacional de responsabilidade social das empresas extrapola o simples compromisso com a regulamentação ambiental e adquire papel prioritário na elaboração de novas formas de consecução do desenvolvimento socioeconômico sustentável. A integração entre as ações estratégicas de responsabilidade social das empresas e os requisitos de sustentabilidade socioeconômica acaba por se constituir em um instrumento de consecução do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

No entanto, a ação social das empresas envolvidas na responsabilidade social, embora crescente, ainda é tímida no Brasil e, muitas vezes, tem se voltado para a elaboração de um *marketing* organizacional, que emprega assistencialismo de curto prazo, projetos de ajuda filantrópica e a política de doações; ou seja, ações não revestidas de objetivos outros que diminuir, a curto prazo e apenas momentaneamente, dificuldades sociais enfrentadas pela comunidade. Neste sentido, o *marketing* ambiental, ecológico ou verde das empresas é apenas uma modalidade que enfoca as necessidades de contribuição dos consumidores conscientes com a criação de uma sociedade sustentável (Rolson e Benedetto, 1994). Este pode ser concebido no mundo organizacional como um instrumento estratégico; contudo, carece de um desenvolvimento cultural de comunicação que integre os conteúdos técnicos envolvidos com o meio ambiente e a qualidade de vida, no sentido de se formatar uma política ambiental empresarial, que auxilie na otimização do sistema de gestão ambiental (Kotler, 2004; Ribas e Smith, 2009).

É nesse contexto que as políticas públicas nacionais encontram um espaço para ação efetiva de implementação do planejamento que tem por objeto o desenvolvimento socioeconômico, por meio de medidas específicas que adotam instrumentos de indução, que visem estimular e propiciar condições de efetivação da inclusão da responsabilidade social na cultura organizacional das empresas.

Dessa forma, este artigo visa contribuir com um conjunto de ferramentas conceituais e aspectos factuais que possam auxiliar na conscientização das vantagens de formulação e implementação mais eficaz de estratégias públicas direcionadas ao apoio da responsabilidade social das empresas no contexto brasileiro. Com a conscientização dos impactos positivos das ações que dividem com o governo e com a sociedade a responsabilidade de elaboração de instrumentos de apoio social para a diminuição das insistentes desigualdades sociais, a adoção de estratégias de responsabilidade social passa a ser vista pelas empresas como parte integrante de sua cultura organizacional atualizada, e não mais como mero discurso de *marketing* (Kotler, 2004; Ribas e Smith, 2009).

Primeiramente, são analisados os conceitos, as características e os reflexos da inclusão da responsabilidade social das empresas no contexto da cultura organizacional, como requisito que se torna crescentemente essencial para os processos de desenvolvimento sustentável e, como tal, influencia aspectos da tomada de decisão das empresas, suscitando debates sobre a necessidade de avanços teóricos complementares à visão atual sobre o comportamento da firma. O texto visa verificar como, através da integração entre os objetivos de responsabilidade social das empresas e desenvolvimento sustentável – que correspondem às premissas da nova ética econômica internacional –, se concretiza a possibilidade de inclusão de países menos desenvolvidos no contexto de concorrência mundial.

Nas seções seguintes, são examinadas as conceituações teóricas sobre o desenvolvimento econômico sustentável e a dinâmica das empresas no caminho do desenvolvimento no contexto mundial. Finalmente, através do perfil das empresas que investem na gestão de responsabilidade social no Brasil, é visualizado o potencial de ampliação destas ações, por meio de políticas públicas, visando ao desenvolvimento sustentável.

Deve ser observado que o tema da sustentabilidade é discutido de forma multidisciplinar e, desta forma, tanto as abordagens teóricas específicas a cada área de estudo, quanto as premissas teóricas básicas diferenciadas em uma mesma área são tomadas como base para os conceitos e os métodos de pesquisa e de operacionalização, na esfera acadêmica ou na empresarial e governamental (Kon e Sugahara, 2012, p. 25). Portanto, dada a multiplicidade de enfoques possíveis de interpretação do tema, as definições e as discussões deste artigo foram desenvolvidas a partir de abordagem específica selecionada de forma deliberada pelo autor e das bibliografias relacionadas a esta escolha. Assim, não visam abranger outras vertentes possíveis de debate, como as relações entre o Estado e as empresas; entre os trabalhadores, as empresas e as entidades sindicais; os mecanismos existentes de regulação, entre outras.

2 A INCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CULTURA ORGANIZACIONAL DAS EMPRESAS

No cenário mundial contemporâneo, é observada a ocorrência de múltiplas transformações de ordem econômica, política, social e cultural, que, por sua vez, estimulam o aparecimento de novos modelos de relações entre instituições e mercados, organizações e sociedade, que apresentam impactos consideráveis nas formas de gestão das empresas. A crescente e intensa globalização socioeconômica que impera na atualidade significa uma interação internacional de produção, mercados e hábitos sociais e culturais. Porém, implica também exclusão e ampliação do atraso relativo para as nações que não apresentam condições de se inserir de modo participativo no processo de mundialização e, muito menos, no contexto de um desenvolvimento continuado, particularmente no contexto da crise financeira mundial contemporânea.

O conceito de crescimento econômico é tradicionalmente entendido como a consecução do aumento da produção para se adequar ao aumento do crescimento populacional. Complementarmente, durante muito tempo, foi entendido também como a elevação do bem-estar da população dos países por meio de reformas estruturais ligadas ao aumento da produção e do consumo global.

Nesse sentido, a correlação entre aumento do consumo e maior avanço tem sido usualmente o indicador para a avaliação do desenvolvimento. Este modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios, pois, de um lado, observa-se riqueza e melhora do bem-estar em sociedades específicas em relação a padrões de períodos anteriores da história mundial. Por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia a dia. O aumento da competitividade internacional das empresas e do avanço tecnológico, que culminou na transnacionalização da produção e na globalização econômica, tem conduzido a um crescente desgaste ambiental e à polêmica sobre os limites ao crescimento mundial. A partir desta constatação, surgiu a ideia do desenvolvimento sustentável, que buscava conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a diminuição da pobreza e da má distribuição de recursos no mundo (Sen, 2000; Sachs, 2005).

No âmbito das atuais tendências de relacionamento entre os participantes desse contexto de desenvolvimento sustentável, verifica-se, de modo crescente, a aproximação dos interesses das organizações produtivas privadas e da sociedade, o que resulta em esforços múltiplos para o atendimento de objetivos compartilhados. Novos modelos de organizações emergem como reflexo da convergência entre metas econômicas e sociais, envolvendo a preocupação com a elevação do padrão de qualidade de vida de suas comunidades. As empresas, como “organizações cidadãs”, com esta finalidade, recebem a incumbência ética da sociedade

de desenvolverem um processo de responsabilidade social em suas tomadas de decisão, embora a consecução desta convergência não seja um caminho rápido, ou mesmo totalmente possível.

Na atualidade, a intensificação dos debates sobre novas formas de consecução do desenvolvimento sustentável vem suscitando reflexões sobre a necessidade de uma nova ética empresarial, e a disseminação da ideia de que a responsabilidade ética dos agentes envolvidos na gestão empresarial passa a ser um elemento primordial na busca deste desenvolvimento. Nesse sentido, o engajamento ético deve ser visualizado como componente endógeno da cultura organizacional.

Como salienta Foladori (2006, p. 17), a sustentabilidade ecológica tem parâmetros claros, assim como a sustentabilidade econômica, pois, no regime de produção capitalista, o mercado se encarrega de expurgar as empresas que não são competitivas. Uma questão polêmica envolvendo a sustentabilidade social, no se refere à pobreza e ao incremento populacional, diz respeito à dinâmica entre o crescimento populacional e a disponibilidade de recursos. O crescimento populacional implica maior consumo em termos absolutos, mas, num mundo em que os recursos naturais são finitos, o ambiente degrada-se e os recursos tornam-se indisponíveis, acarretando constante conflito. Desta forma, paralelamente à realização econômica decorrente da produção e do consumo, vem surgindo paulatinamente a reflexão sobre a necessidade da criação de novos conceitos e tendências profissionais para a orientação das tomadas de decisão nas empresas.

A perspectiva de responsabilidade social é muito complexa e dinâmica, uma vez que surge com significados diferenciados em virtude de óticas teóricas específicas, que conduzem a mudanças nos paradigmas de gestão empresarial. A nova visão repercute tanto na área da gestão quanto na do processo produtivo em si, salientando-se um conjunto de obrigações que conduzam as instituições à corresponsabilidade pelo combate às desigualdades socioeconômicas incrementadas pela globalização.

Essa foi a gênese da ideia de responsabilidade social empresarial, compreendida como:

responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (Ethos, 2011, p. v).

Esse entendimento é relativamente novo e ainda não foi uniformizado em nível mundial. Em geral, em cada país, a ideia é reconhecer que as empresas têm um papel essencial a cumprir, juntamente com os governos e a sociedade civil, na so-

lução da diminuição das imensas desigualdades sociais e da degradação ambiental crescente vivida neste início de milênio. Essa visão engloba a ideia da urgência na participação das empresas na promoção do desenvolvimento sustentável, em nível global, bem como a necessidade de ampliar o âmbito dos grupos que são objeto dos impactos diretos ou indiretos de suas decisões nesse sentido, incluindo os grupos que influenciam suas ações.

Na nova perspectiva, está incorporada a busca pela inclusão social mais efetiva, bem como o amplo e universal respeito aos direitos humanos fundamentais, como o direito à alimentação adequada, à liberdade, à educação básica, à vida com dignidade, entre outros, conforme preconizado por Sen (1999), incluindo, ainda, a eliminação de formas de discriminação de gênero, racial, étnica e cultural. Além do mais, a implantação destas medidas de desenvolvimento é pleiteada na gestão da empresa, pois, além de investimentos financeiros, a responsabilidade social empresarial depende, profundamente, de decisão política de efetivação de seus objetivos (Ipea, 2006a).

Uma definição muito mais condensada e abrangente é oferecida pelo professor americano Einer Elhauge (2005), o qual defende que “responsabilidade social é sacrificar os lucros por interesse social”. O debate acadêmico sobre aspectos legais relacionados à decisão de sacrifício dos lucros em benefício do interesse público iniciou-se nos Estados Unidos, em 1932, com artigos de Dodd Junior (1932) e Berle Junior (1932), publicados na *Harvard law review*.

Em 1970, o debate nos Estados Unidos teve um ressurgimento e uma mudança de enfoque, sob as ideias do liberalismo econômico, com as críticas ao tema publicadas em um artigo de Milton Friedman, que desenvolvia a ideia de que a legitimidade dos acionistas deveria ter prioridade:

Em um sistema de livre-empresa e propriedade privada, um executivo empresarial é um empregado dos proprietários das empresas. Ele tem responsabilidade direta por seus empregados. Esta responsabilidade significa conduzir os negócios de acordo com seus desejos, que em geral serão de conseguir o maior volume de dinheiro possível, conforme as regras gerais da sociedade, tanto os envolvidos com a lei quanto os envolvidos com os valores éticos (Friedman, 1970, p. 1).

Do ponto de vista jurídico, no contexto norte-americano, Fleta (1995) define essa ideia como:

Entende-se por responsabilidade social o conjunto de obrigações inerentes a evolução de um estado ou condição com força ainda não reconhecidas pelo ordenamento jurídico positivo ou desconhecidas parcialmente, mas cuja força que se vincula e sua prévia tipificação procedem da íntima convicção social de que não segui-la constitui uma transgressão da norma da cultura (Fleta, 1995, p. 18).

Os estudos na área da tomada de decisão das empresas privadas vêm incorporando várias outras novas teorias e correntes de pensamento, em que o ambiente social e suas variáveis determinantes exercem um papel fundamental no complexo sistema socioeconômico. Alguns destes estudos defendem a ideia de que muitas possibilidades e capacidades existentes dentro das organizações são decorrentes do que se desenvolve fora delas, nos seus ambientes. Desta forma, as organizações escolheriam quais são os fatores ou elementos externos influentes e passam a ser por eles condicionados, necessitando a eles se adaptar à definição de elementos internos à firma que as permitam sobreviver e crescer. Assim sendo, as constantes transformações econômicas, políticas e culturais tornam-se determinantes das novas posturas empresarias (Sachs, e Vieira, 2007; Aligleri, Aligleri e Kruglianskas, 2009).

Análises consistentes sobre o papel das empresas na construção de uma sociedade menos desigual e na busca do desenvolvimento sustentável, muitas vezes bloqueado pela situação do país no ambiente de globalização, têm sido realizadas pelo cientista político Jeffrey Sachs (2005). O autor afirma que as grandes empresas possuem um papel relevante na construção do desenvolvimento sustentável, particularmente a partir de multinacionais que operam no ambiente de globalização, que considera favorável para a disseminação das medidas sociais. As novas tecnologias que permitem combater a pobreza e melhorar as condições de saúde, alimentação e cultura dos indivíduos são desenvolvidas por estas empresas, que definem seus objetivos a partir de programas de responsabilidade social, não como *marketing*, mas pensando nos consumidores do futuro, os quais serão, dessa forma, incluídos no mercado de bens e serviços, a partir de sua inserção no mercado de trabalho.

Sachs (2005) desenvolve também a ideia de que as empresas têm um papel social transformador na atitude dos indivíduos, tornando-os consumidores mais bem informados e exigentes quanto a produtos e serviços. Assim, eles se convertem em cidadãos mais conscientes das necessidades de suas comunidades, passando, conseqüentemente, a reivindicar o cumprimento das responsabilidades das empresas para seu desenvolvimento. Da mesma forma, a consciência sobre a degradação ambiental e os recursos disponíveis para o aumento do bem-estar também estão incluídos entre as questões a serem disseminadas nas empresas e pelas empresas à sociedade.

Mais recentemente, no período que se seguiu à recente crise financeira internacional, a visão de Sachs (2005) sobre o papel social das empresas tem sido relembrada com constatações que vão na contramão de suas ideias, originadas, particularmente, no âmbito da ONU, obtidas por meio de pesquisas do United Nations Research Institute of Social Development (UNRISD), instituto dirigido por

Peter Utting que coordena projetos sobre a responsabilidade social das empresas, a regulação internacional e o papel de atores da sociedade civil, neste período de crise. Os estudos deste grupo, desenvolvidos de 2005 a 2010, chegaram à conclusão de que muitas empresas internacionais recentemente têm dificultado e mesmo comprometido a consecução de benefícios sociais em relação ao ambiente e aos direitos humanos, levando a uma “crise intelectual” do movimento de responsabilidade social das organizações. Como contrapartida a estas observações, foi elaborado pela ONU o documento *Norms on transnational corporations and other business enterprises*, que recomenda e apresenta formas de regulação e normas para a conduta das empresas transnacionais, visando impor diretamente ou por meio de leis internacionais o cumprimento e o respeito pela responsabilidade social. O documento sugere que os governos e outras instituições que acompanham as atividades econômicas multinacionais supervisionem a responsabilidade das empresas privadas e públicas perante o desenvolvimento sustentável (Utting e Marques, 2010).

Nesse sentido, a noção de desenvolvimento sustentável implica, então, considerar e assumir novos padrões de competitividade e equidade adequados ao momento histórico, significando uma nova racionalidade pragmática de gestão, incluindo a incorporação no processo de desenvolvimento daquilo que é público, e não somente estatal (Tavares, 2005, p. 125).

Recente pesquisa de Esty e Winston junto a grandes e médias empresas norte-americanas mostrou que as que usam “lentes ambientais” mostram indicadores de maior capacidade inovadora e empreendedora que suas competidoras. Mostram a consciência de que as demandas dos consumidores apontam para empresas preocupadas com a preservação ambiental e outros fatores sociais. Estas demandas reformatam os mercados, criam novos riscos aos negócios e geram oportunidades para que as empresas que conseguirem responder mais rápida e positivamente a estes requisitos adquiram vantagens competitivas. Estas vantagens advêm da consecução de maiores retornos, menores custos operacionais e taxas ainda menores em empréstimos bancários. Estas firmas auferem, ainda, benefícios, ao demonstrar uma cultura empresarial mais inovativa, que salienta valores intangíveis e suscita credibilidade e confiança na marca (Esty e Winston, 2006, p. 9).

Outra pesquisa, de Reinhart, Stavins e Vietor (2008), questiona alguns aspectos específicos sobre a responsabilidade social das empresas. Primeiramente, examina se deve perdurar a visão prevalecente no meio acadêmico de que os agentes das empresas têm o dever fiduciário de maximizar os lucros para seus acionistas. Os autores concluem que, de maneira surpreendente, a base legal para esta visão não é muito forte, pois, embora os arquivos judiciais contenham exemplos deste dever de maximização dos lucros dos acionistas, deixa lugar para a ideia

de sacrifício dos lucros das firmas devido ao interesse público, desde que a firma permaneça compromissada também com os acionistas. No entanto, como consequência econômica, as firmas empenhadas na responsabilidade social têm custos adicionais e terão que elevar seus preços, reduzir salários e outros custos, aceitar margens de lucros menores ou pagar menos dividendos. Adicionalmente, a curto prazo, as consequências podem incluir a perda de parcela de mercado, crescentes custos de seguros e de empréstimos, além dos conflitos internos entre os demais agentes internos à empresa.

Os autores questionam se no processo de sobrevivência econômica, descrito pelos evolucionistas como sobrevivência dos mais fortes, as firmas escolheriam participar da responsabilidade social, com tais riscos. Destacam que as firmas que se engajam nessa participação são frequentemente ativas em mercados imperfeitos ou distorcidos pela regulamentação governamental, de modo que não se encaixam nas características imperativas descritas por Friedman (1970).

Portanto, essas evidências dos ônus potencialmente incorridos pela responsabilidade social podem explicar as causas da evidência na atualidade de que ainda falta efetivamente maior interesse pelo engajamento social por parte das empresas, visto que a maior parte ainda detém uma visão mais tradicional e se dedica mais limitadamente a atividades que beneficiam os interesses sociais que as que contribuem para suas metas financeiras. Neste contexto, as atividades de responsabilidade social deveriam ser vistas mais como um complemento da efetiva regulação governamental que um substituto para esta (Reinhart, Stavins e Vietor, 2008, p. 29).

A proposição é de que potencializando os elementos concretos e abstratos do capital social, é possível incrementar as participações dos agentes econômicos e sociais para a resolução de obstáculos que implicam bloqueios ou retardamento da dinâmica do desenvolvimento (Miranda e Monzó, 2003). Os efeitos deste capital constituem externalidades positivas que podem ser incluídas entre as economias externas auferidas entre agentes econômicos; da mesma forma que a maior disponibilidade pode trazer vantagens a regiões e países, a carência pode ampliar as assimetrias de conhecimento, informação ou outras que acarretam disparidades de desenvolvimento. Desta forma, o capital social pode ser utilizado pelo indivíduo ou pelo grupo, de maneira estratégica para a acumulação de novos recursos produtivos ou outros tipos de capital (físico e financeiro), seja com reflexos positivos na eliminação das disparidades, seja de modo negativo, marginalizando ou excluindo os menos dotados.

A relação direta entre o aumento do capital social e as ocupações e atividades empresariais é visualizada tendo em vista a materialização da ideia abstrata conceituada de cooperação, reciprocidade e confiança, através de serviços de assessoria de

várias ordens. Os serviços a serem disponibilizados não só pela esfera pública, mas também pelas empresas privadas referem-se a uma rede de instituições de pesquisa, planejamento, informação, educação, treinamento, comercialização, entre outros exemplos, que proporcione o manejo administrativo e de recursos, condições ambientais favoráveis, conhecimentos sobre aspectos legais, coordenação entre etapas de trabalho entre vários agentes, favorecimento de apoio à produção, bem como distribuição e consumo de forma associativa. Os serviços de apoio ao fortalecimento do capital social incluem o apoio técnico à produção; aos vínculos entre os agentes produtores e consumidores, entre dirigentes e funcionários e a organização e planejamento das redes de assessoria.

Particularmente, pequenas e microempresas, bem como trabalhadores autônomos, se beneficiam dos serviços destinados ao aumento do capital social, embora as externalidades positivas resultantes sejam apropriadas também pelas médias e grandes empresas, que já dispõem de uma rede organizada de apoio. A articulação socioeconômica eficiente entre agentes internos e externos de uma sociedade também constitui um reflexo da disponibilidade do capital social.

Segundo Miranda e Monzó (2003), as experiências, realizadas em alguns países, de fortalecimento do capital social por serviços públicos e privados revelam que os resultados mais eficazes acontecem através da atuação no entorno local e regional especificamente, diretamente aos que usufruem da construção e da gestão da infraestrutura social, quando é assegurado que os benefícios dos programas cheguem efetivamente aos destinatários. Como salientam estas autoras, que mostram particularmente um exemplo bem-sucedido verificado no Chile, para a utilização do capital social como uma ferramenta para pensar e superar a pobreza, faz-se necessária a politização no âmbito do contexto do capital social, a partir de uma abordagem em que atuam tanto os agentes fornecedores dos serviços quanto os usuários destes serviços. A funcionalidade e a instrumentalização do capital social para os programas de desenvolvimento devem passar pela articulação com os elementos políticos da sociedade, no sentido de superação de conflitos e interesses individuais.

Essa politização implica o esforço do direcionamento das medidas de fomento ao capital social para que contribuam a uma maior integração social, e não à exclusão e ao alheamento do indivíduo das correntes econômicas atuantes que tendem a perpetuar os vínculos frágeis de alguns agentes com instituições normativas. As políticas públicas, neste sentido, atuam em interface ou área de intercâmbio, entre os agentes institucionais, organizacionais ou cívicos e a comunidade. Esta interface se dá entre quatro sistemas complexos, o da administração estatal, o do mercado, o dos partidos políticos e o das comunidades populacionais. Os intercâmbios de informação, serviços e bens ocorrem tanto nos ambientes mais favorecidos quanto nos mais desfavorecidos e excluídos.

Esta forma de visão propõe uma abordagem inovadora sobre as possíveis sinergias entre a ação pública e privada, de modo a propiciar um espaço de negociação em que cada ator desenvolva um potencial para melhor se situar na interface através de redes de apoio, capacidades de autogestão, contatos institucionais, sistemas de cooperação e práticas pessoais e partidárias.

No entanto, o que se tem observado muitas vezes, em países menos desenvolvidos, é que a atuação das políticas públicas nesta interface não tem atentado para esta necessidade de sinergia e tem gerado uma dinâmica divergente entre os atores dos sistemas empresarial, comunitário e estatal, gerando implicações negativas, como falta de sinergia, tecnocracia burocrática ineficiente, impossibilidade de competitividade no mercado, clientelismo partidário e exclusão.

Discussões recentes enfatizam a relevância do capital social nas economias para a consecução do desenvolvimento econômico. Neste sentido, a materialização deste capital através de serviços públicos e privados representa um determinante básico para as condições de competitividade na atualidade. Contudo, estas condições são um pré-requisito para o desenvolvimento, e não apenas um resultado ou um produto final. Assim, sua provisão adequada torna-se um elemento crucial da dinâmica do processo de desenvolvimento sustentável.

A responsabilidade social das empresas, associada à busca do desenvolvimento sustentável de um país, assume múltiplas facetas, de acordo com o setor produtivo, o porte da empresa e as demais características que fazem parte da diversidade tecnológica e cultural do ambiente empresarial. Envolve primeiramente a preocupação com o meio ambiente, expressa pelo conhecimento dos danos potenciais de produtos e serviços oferecidos, de modo concomitante com práticas de reciclagem, destinação de resíduos e renovação da natureza diante do desgaste ambiental e dos recursos. Mas pode se estender além das paredes da empresa, pela difusão da educação ambiental e pelo estímulo ao consumo consciente.

Por sua vez, o engajamento ético-social atua na relação com os trabalhadores e com a comunidade, em territórios que acolhem as empresas, na preocupação com estratégias de desenvolvimento local sustentável, por meio de investimentos destas empresas em saúde, segurança, condições de trabalho, desenvolvimento profissional e empregabilidade de seus funcionários. Estes investimentos que se atêm ao âmbito dos funcionários da empresa e não possuem a conotação de privatização de serviços públicos, mas tão somente ações de responsabilidade social internamente à empresa. Paralelamente, as iniciativas de atuação na área social pelas empresas dirigem-se, ainda, aos cuidados com a relação com os sindicatos e com o respeito ao cumprimento dos direitos, bem como a parcerias com outras organizações públicas e privadas para a diminuição de desigualdades sociais. Esta preocupação, enquanto cultura organizacional, tende a se difundir por toda

a cadeia produtiva, de fornecedores a consumidores, em países mais avançados. No entanto, no Brasil, esta cultura de responsabilidade social ainda é pouco disseminada, pois vigora com menos intensidade que os contínuos processos do Ministério Público do Trabalho contra o descumprimento de direitos dos trabalhadores.

3 SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

A inclusão de estratégias de responsabilidade social das empresas extrapola o simples compromisso com a regulamentação ambiental e adquire papel prioritário na elaboração de novas formas de consecução do desenvolvimento socioeconômico. Salienta-se aqui a necessidade da integração entre as ações estratégicas de responsabilidade social das empresas e os requisitos de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico.

Como visto anteriormente, o conceito de desenvolvimento, que durante muito tempo foi entendido como a elevação do crescimento da produção para satisfazer as necessidades humanas, sofreu mudanças gradativas à medida que foi verificado que apenas o crescimento da produção não proporcionava necessariamente mudanças nos padrões de bem-estar global da população dos países. Uma modificação no entendimento do conceito salientava que a obtenção do desenvolvimento consistiria na aquisição de elevação do bem-estar da população das sociedades, com reformas estruturais que permitissem a consecução do aumento do bem-estar populacional juntamente com o aumento da produção e do consumo global. Neste sentido, a correlação entre aumento do consumo e maior avanço ainda tem sido usualmente o indicador para a avaliação do desenvolvimento (Kon, 2000).

A evolução do progresso técnico no decorrer do desenvolvimento socioeconômico das nações configura-se como o elemento-chave que impulsiona as economias na busca da melhoria dos padrões de subsistência das sociedades, visto que acarreta o aumento do produto gerado por trabalhador ou o aumento na relação produto/insumos. Neste sentido, o desenvolvimento de novas tecnologias e novas formas de gestão organizacional tem sido, durante a evolução das sociedades, um agente relevante que conduz à expansão das oportunidades de combinações de recursos materiais e humanos disponíveis. A inovação da tecnologia e da gestão, portanto, decorre da necessidade de aumento da produtividade e da eficiência no uso dos recursos, e, como consequência, são observados reflexos consideráveis no caráter e na natureza do trabalho humano.

No entanto, a partir da elevação da velocidade e da intensificação da mudança tecnológica e organizacional, o aumento da competitividade internacional das empresas, que culminou na transnacionalização da produção e na globalização econômica, conduziu muitos países à degradação ambiental crescente, com o

esgotamento de recursos naturais utilizados implicando desperdícios não planejados, bem como a falta de cuidado com as formas de despejo ou aproveitamento de resíduos. Como já salientado, este modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios, ao se observar, de um lado, riqueza e fartura no mundo, em relação a padrões de períodos anteriores bem-sucedidos da história mundial, e, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição, que aumentam diária e continuamente.

Essas constatações levaram à polêmica sobre os limites do crescimento mundial, como preconizavam os participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, particularmente sob a liderança das ideias do Clube de Roma, criado em 1968, congregando cientistas, economistas e altos funcionários governamentais de vários países. Esta reunião teve a finalidade de interpretar o que foi denominado, sob uma perspectiva ecológica, de “sistema global”. O arcabouço teórico do pensamento do Clube de Roma salientava que o planeta é um sistema finito de recursos, submetido às pressões do crescimento exponencial da população e da produção econômica. Como proposta para as conclusões que apontavam o horizonte do colapso do sistema, organizavam-se recomendações em torno da noção de um gerenciamento global da demografia e da economia, a fim de alcançar um estado de equilíbrio dinâmico. Preconizavam medidas efetivas de controle da natalidade e mudanças radicais nos modelos produtivos, com ênfase numa economia de serviços, criando a “ecodiplomacia”, novo campo da política internacional (Meadows, Randers e Meadows, 2004). A observação das limitações ecológicas do planeta levou à consciência da necessidade da continuidade do aumento da produção e do consumo sem a destruição do ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, através da melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência.

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável foi elaborado de modo a incorporar o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades. Esse conceito foi definido durante a elaboração do Relatório Brundtland pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) da ONU, em 1987, e tem como base o tripé atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade.

As ideias de Amartya Sen tiveram grande influência na elaboração de conceitos, cálculos e classificações da nova visão de desenvolvimento, bem como nas análises comparativas entre países. Já em 1988, Sen (1999) chamava atenção para o distanciamento que tem havido entre a economia e a ética, retratando deficiências não apenas na teoria econômica clássica e marginalista, mas também na

contemporânea, que acabam por desvirtuar efetivamente a noção de desenvolvimento na atualidade. Salienta a centralização do autointeresse na racionalidade do comportamento humano na ação econômica, mas que, no entanto, não necessariamente conduz de modo efetivo à melhoria das condições de bem-estar econômico. O autor considera como componente do conceito de desenvolvimento a justiça distributiva, que contribui para a eficiência da ação de indivíduos e das empresas e complementa os requisitos necessários para o desenvolvimento. Este, portanto, deve resultar de interação e interdependência entre as teorias da economia e da ética (Sen, 1999; 2000).

A ideia mais clara de desenvolvimento de Sen é encontrada em sua obra *Desenvolvimento como liberdade* (2000). Suas novas concepções sobre desenvolvimento levaram órgãos como o Banco Mundial a repensar suas políticas de apoio ao desenvolvimento em todo o mundo, que passaram a focar a atenção mais efetiva nas estatísticas sociais além das de crescimento econômico e renda. A ideia básica de que crescimento sem desenvolvimento social não se reflete em desenvolvimento real começou a ser discutida de acordo com a afirmação de Sen de que a desigualdade não surge apenas como resultado do processo de acumulação de capital, nem tampouco está relacionada a este contexto. A concepção de desigualdade do autor ressalta a desigualdade de oportunidades pela privação de liberdades básicas, na desigualdade do indivíduo isolado, na ausência de condições iguais básicas de acesso a saúde, educação, saneamento básico, alimentos, entre outros exemplos. Apenas a consecução dessas liberdades é capaz de dar às pessoas sua condição de “agentes” no contexto do desenvolvimento capitalista (Sen, 2000, p. 333-334).

A obra de Sen traz a preocupação com a pobreza e a desigualdade como obstáculo ao desenvolvimento, atuando em várias direções. A possibilidade dos indivíduos possuírem as liberdades enfatizadas leva-os à noção de que produzem “capacidades”, que definem comportamentos alternativos ao autointeresse na teoria econômica. A possibilidade destes comportamentos alternativos, não apenas em termos pessoais, mas também empresariais, tem um caráter produtivo, segundo o autor, pois o “sistema global” da economia teria muito a ganhar se suplementasse o comportamento autointeressado com outras motivações, como se incorporasse uma noção de bem-estar mais abrangente que o consumo pessoal, o que significa um comportamento não estritamente orientado por objetivos guiados pelas regras convencionais vigentes. O comportamento autointeressado restritivo estaria afetando não apenas a relevância da teoria econômica positiva, como também a de seu afluente normativo, a economia do bem-estar.

Dessa forma, a nova ideia de Sen conclui que a promoção da igualdade de condições mínimas de existência, visando livrar os indivíduos da fome, dar-lhes melhores condições de saúde e educação, que são elementos básicos centrais para

a transformação das pessoas em agentes com condição de participar e garantir o pleno funcionamento dos mercados e, assim, garantir o desenvolvimento: “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (Sen, 2000, p. 10).

Isso significa dizer que quem é responsável e tem o poder sobre a riqueza não é o indivíduo isolado, mas o capital produtor desta riqueza. O indivíduo isolado poderia, quando muito, tornar-se representante deste capital, se for aceito e contratado para tal. Porém, o capitalismo não é um modo de produção baseado no trabalho próprio, individual, mas na compra do trabalho alheio. E isso ganha força quanto mais se desenvolve o sistema capitalista no sentido de sua concentração e centralização materializada nas grandes empresas globais, o que está muito longe do produtor individual isolado. É nesse contexto que o papel das empresas se torna relevante e imprescindível para a efetivação das liberdades em complementação à função governamental.

Com a difusão das ideias de Sen sobre desenvolvimento, a denominada “ecodiplomacia” passou por uma segunda etapa, que culminou em debates e conclusões da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e que vinculou meio ambiente e desenvolvimento. A partir destes debates, foi amadurecido e estruturado o conceito de desenvolvimento sustentável, que passou a expressar a efetivação das estratégias econômicas e sociais destinadas a promover o crescimento da riqueza e a melhoria das condições de vida através de modelos capazes de evitar a degradação ambiental e a exaustão dos recursos naturais, conciliando-os, ainda, com a diminuição da pobreza e da má distribuição de recursos no mundo.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi consagrado no relatório *Nosso futuro comum* – publicado em 1987 pela World Commission on Environment and Development, uma comissão das Nações Unidas, chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, a sr^a Gro Harlem Brundtland – e se tornou a definição mais usada para o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os *habitats* naturais (Costa, 2012, p. 2).

Além do mais, disseminou-se a consciência de que a avaliação e a atuação sobre os problemas ambientais necessitavam ser globais, uma vez que, como mencionado anteriormente, o modelo de desenvolvimento econômico até então

adotado tem gerado enormes desequilíbrios. De um lado, observa-se riqueza e abundância no mundo em relação a padrões de períodos anteriores da história mundial. Por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia a dia (Kon, 2006, p. 1).

De modo concomitante, desenvolveu-se a constatação de que o enfrentamento destas questões requer ações locais específicas. Com este objetivo, foi criada, no Brasil, a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA), nos finais dos anos 1980. Internacionalmente, em reunião na sede da ONU, em 1990, criou-se as instituições do International Council for Local Environmental Initiatives (Iclei) (Sobral, 2003, p. 141).

Apesar da ampliação da conscientização sobre essas questões durante os anos 1980 e 1990, o contexto socioeconômico e ambiental do mundo é hoje alarmante, particularmente após a crise financeira internacional de 2008, que diminuiu os recursos financeiros de países de todos os níveis de desenvolvimento, sejam dirigidos para atividades empresariais ou para políticas públicas. A isto se acrescenta o fato de que: *i)* de um lado, é notória e considerável a defasagem de condições socioeconômicas dos países, o que gera a iniquidade e a diferenciação entre classes sociais e grupos étnicos, de modo que os conflitos sociais permanecem intransponíveis em regiões com piores condições estruturais; e *ii)* de outro, porque a consciência sobre a degradação ambiental ainda não conseguiu se converter em ações políticas que tenham algum êxito mais efetivo em amplitude global.

As diferenças mundiais nessa forma de desenvolvimento observadas no âmbito econômico exclusivo advêm do fato de que a competitividade tecnológica implica custos elevados na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos, na sofisticação no atendimento da demanda e na provisão de assistência técnica (Kon, 2006; Kon e Sugahara, 2012). As empresas se reestruturam geograficamente, no sentido da competição em nível mundial, procurando as vantagens comparativas de cada país. Por isso, a pesquisa tecnológica e científica em geral tem um papel primordial na busca do desenvolvimento sustentável, incluindo a melhora da compreensão em áreas tais como mudança do clima, aumento da taxa de consumo de recursos, tendências demográficas e degradação do meio ambiente, bem como da interdependência dos ciclos hidrológicos, nutritivos e bioquímicos e das trocas de energia, que fazem parte do sistema terrestre. A aplicação dos conhecimentos científicos é imprescindível para articular e apoiar as metas de desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação científica da situação atual e das perspectivas futuras do sistema; este conhecimento fundamenta a criação de inovações atuais e futuras nas ciências, que objetivam facilitar os processos de tomada de decisões. Desta forma, para a consecução dos objetivos de implementação dos conhecimentos científicos, um dos caminhos se refere à constante melhora de divulgação e compreensão sobre as características e a situação dos recursos naturais representados pela terra, pelos oceanos e pela atmosfera.

Do ponto de vista do consumo, a mundialização acarretou o desenvolvimento de semelhanças nas estruturas de demanda e, portanto, certa homogeneidade da estrutura de oferta dos vários países, o que possibilitou ganhos de escala, uniformização de técnicas produtivas e administrativas e redução do ciclo do produto. Concomitantemente, a competição entre empresas se volta não apenas para o produto, mas, principalmente, para a tecnologia dos processos produtivos (Kon e Sugahara, 2012).

O consumo ocasiona impactos socioeconômicos e ambientais nas entrelinhas do crescimento, que podem proporcionar situações conflitantes entre a decisão de aumento do estímulo a este consumo ou a preservação ambiental. No entanto, o maior consumo, em determinadas condições, pode se constituir em um fato social positivo, que emite sinais de mudanças culturais e estruturais em direção à situação de melhoria do bem-estar das sociedades. Porém, grande parte destes impactos passa despercebida todos os dias, assumindo a característica de uma espécie de consumo invisível, necessário à profusão dos bens e serviços rotineiros, como o consumo de água, energia, lixo e combustíveis fósseis, embutido e raramente contabilizado na produção dos ícones da cultura de consumo. É possível, no entanto, observarem-se os impactos desta cultura na sua articulação invisível com a pobreza (Lucas, 2006a, p. 73; 2006b).

Dessa forma, o consumo pode ser observado do ponto de vista das famílias e das empresas. O foco nas famílias é observado em algumas pesquisas através de quatro categorias, que são as principais responsáveis pelos efeitos crescentes da degradação ambiental: consumo de alimentação, moradia, transportes e turismo. Por sua vez, o consumo das empresas na utilização de insumos para o processo produtivo diz respeito principalmente às possibilidades de esgotamento de recursos naturais e energéticos, adicionalmente à degradação ambiental por externalidades negativas, criadas pela eliminação indiscriminada e pela não reciclagem de resíduos.

A obtenção de padrões sustentáveis de consumo e produção é o desafio e a polêmica atual que envolve agentes socioeconômicos públicos e privados do mundo como um todo, na tomada de decisão sobre a escolha dos estímulos à determinação destes padrões. Consumo sustentável significa o uso de bens e serviços que respondem às necessidades básicas de bem-estar das famílias e de insumos produtivos, minimizando o uso de recursos naturais, materiais tóxicos e emissões de resíduos e poluentes, de modo a não ameaçar as necessidades de futuras gerações.

Uma discussão recente que envolve a busca dos estímulos ao desenvolvimento socioeconômico refere-se à importância do capital social como base para o ambiente favorável a este processo e, particularmente, para a consecução da sustentabilidade deste desenvolvimento. As análises mais recentes concluem que as condições descritas nos modelos econômicos neoclássicos de desenvolvimento

(alocação eficiente dos recursos), keynesianos e kaleckianos (relevância da demanda efetiva) ou schumpeterianos (dinamismo da oferta, da introdução da inovação tecnológica, ou da organização interna das firmas para o aumento da competitividade e a geração de expansão comercial), não são suficientes para explicar a continuidade do processo e do ritmo de crescimento dos países (Sachs, 1993; Sachs e Vieira, 2007; Ipea, 2006b).

A abordagem do desenvolvimento sustentável na atualidade assume várias dimensões – sustentabilidade ecológica, econômica, social, espacial ou territorial, cultural e política –, que requerem a conjugação de envolvimento ético e de ações efetivas de atores públicos e privados. Ignacy Sachs (1993) propõe as definições a seguir.

- *Sustentabilidade ecológica* refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas. Visa à preservação dos recursos naturais na produção, no uso de recursos renováveis e na limitação de uso dos recursos não renováveis; à limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos renováveis e inofensivos; à redução do volume de resíduos e de poluição, por meio de conservação e reciclagem; à autolimitação do consumo material; à utilização de tecnologias limpas; e à definição de regras.
- *Sustentabilidade econômica* refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Compreende a avaliação da eficiência e da eficácia econômica em termos macrossociais, e não apenas na lucratividade empresarial; o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; a capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; o razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; e a inserção soberana na economia internacional.
- *Sustentabilidade social* refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social. Abrange a necessidade de recursos materiais e não materiais, objetivando maior equidade na distribuição da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições da população, reduzindo-se o índice de Gini e ampliando-se a homogeneidade social; e a possibilidade de um emprego que assegure qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e aos serviços sociais.

- *Sustentabilidade espacial ou territorial* é a busca de equilíbrio na configuração rural-urbana e na melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas; de melhorias no ambiente urbano; e de superação das disparidades inter-regionais e elaboração de estratégias ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis, a fim de garantir a conservação da biodiversidade e do ecodesenvolvimento.
- *Sustentabilidade cultural* diz respeito à cultura de cada local, garantindo continuidade e equilíbrio entre a tradição e a inovação.
- *Sustentabilidade política* refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. No âmbito nacional, baseia-se na democracia, na apropriação universal dos direitos humanos e no desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com empreendedores e em coesão social. No aspecto internacional, tem sua eficácia na prevenção de guerras, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional e na aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; na prevenção da biodiversidade e da diversidade cultural; na gestão do patrimônio global como herança da humanidade; e na cooperação científica e tecnológica internacional.
- Por fim, a *dimensão psicológica* é incorporada ao estudo devido a relacionar o ser humano às dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas.

A nova visão sobre a relevância do capital social, introduzida nas análises socioeconômicas da atualidade, enfatiza a aplicabilidade desses conceitos não apenas por meio da intervenção estatal, mas também por intermédio da atividade privada e, particularmente, empresarial como subsídios ao desenvolvimento. Embora abarcando uma série de definições apropriadas, o capital social, em uma visão sintetizada, é entendido hoje como um conjunto de normas concretas e abstratas, que promovem confiança e reciprocidade nos relacionamentos econômicos (Kon, 2004, p. 239). Este conjunto de normas se constitui por redes de organizações civis e pela confiança compartilhada entre as pessoas, sendo resultado e resultando da interação social.

A partir da observação das condições de desenvolvimento de países mais avançados, constatou-se uma série de condicionantes inerentes aos ambientes socioeconômicos na atualidade, que dizem respeito à disponibilidade do denominado capital social para a concretização dos objetivos de crescimento, cuja relevância vem sendo discutida com a finalidade de fornecer subsídios às políticas públicas de desenvolvimento nos países menos avançados. As definições e

as *nuances* do conceito e da aplicação do capital social passam por um amplo contexto de interpretações. Bourdieu (1985) define este capital como um conjunto de recursos reais ou potenciais de um país, à disposição dos integrantes de uma rede durável de inter-relações mais ou menos institucionalizadas. Coleman (1990) o interpreta como sendo parte dos recursos socioestruturais que constituem um ativo de capital para o indivíduo e facilitam certas ações comuns dos que constituem esta estrutura. Por outro lado, Putnam (1993) salienta os aspectos das organizações sociais, entre as quais as normas coletivas, as redes e o espírito de confiança que contribuem para facilitar a cooperação no sentido de proporcionar ações de benefício mútuo. Para este autor, o capital social incrementa os resultados do investimento em capital físico e humano.

As principais instituições internacionais de fomento têm considerado, em suas decisões de auxílio, os reflexos de investimentos no capital social dos países em desenvolvimento. Neste sentido, estudos de Woolcock (1998) e Dasgupta (1998) para o Banco Mundial ressaltam a importância de estimular o investimento em nível micro e macro, na capacidade organizativa através de instituições, relações, atitudes e valores que determinam a interação interpessoal e facilitam o desenvolvimento econômico e a equidade social. Em suas análises, o banco distingue entre capital natural do país (recursos naturais), capital construído gerado pelo ser humano (infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro, comercial etc.), capital humano (graus de nutrição, saúde e educação da população) e capital social (instituições, relações e normas das inter-relações sociais da sociedade).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Kligtsberg, 2000) mostra a relevância do capital social, conceituando-o como normas e redes que facilitam a ação coletiva e contribuem para o benefício comum. Propõem o estímulo à análise e à discussão dos desafios do desenvolvimento de cada país, por meio da formação de redes de centros de pesquisa acadêmica, empresarial e outros, para gerar e difundir o conhecimento com o apoio dos meios de comunicação em massa, além de promover uma integração de programas sistemáticos de ensino que favoreça o capital social.

Por sua vez, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – (Lechner, 2000) estimula a ampliação de programas que fomentem as relações informais de confiança e cooperação (entre famílias e colegas), a associatividade formal em organizações de diversos tipos e uma rede institucional normativa que fomente estas relações. Desse modo, a dinâmica das empresas privadas no caminho do desenvolvimento sustentável envolve a participação na formação do capital social, de forma conjunta com a ação pública, como será mais bem explicitado na seção seguinte.

4 A DINÂMICA DAS EMPRESAS NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

No caminho do desenvolvimento tecnológico e do processo de globalização econômica, intensificado na atualidade, novas formas de competição entre empresas e sistemas econômicos se moldam e se fazem sentir em diversas áreas. Observa-se, inicialmente, uma integração financeira internacional, com aumento do volume e da velocidade de circulação destes recursos disponíveis. Do ponto de vista comercial, a globalização acarreta o desenvolvimento de semelhanças nas estruturas de demanda e homogeneidade da estrutura de oferta dos vários países, e a competição entre empresas se volta não apenas para o produto, mas, principalmente, para a tecnologia dos processos produtivos, como salientado anteriormente. A competitividade tecnológica implica, então, custos elevados na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos, na sofisticação no atendimento da demanda e na provisão de assistência técnica. As empresas se reestruturam geograficamente, no sentido da competição em nível mundial, procurando as vantagens comparativas de cada país.

Como observam vários autores, do ponto de vista da administração dessas relações globalizadas, as ações das empresas privadas também assumem características globais de modo a se adequarem a esta dinâmica. Na prática, as oportunidades e os problemas a serem gerenciados também requerem uma visão de tomadas de decisão e de soluções mundializadas, em conformidade com os aspectos políticos e econômicos da globalização, de forma sistêmica. Este enfoque sistêmico exige uma nova forma de pensar pelos agentes produtivos, acompanhando a visão de mundo que trata com unicidade o próprio ambiente que cerca os indivíduos e os demais ambientes mundiais. As pressões geradas pela tomada de consciência dos consumidores sobre a questão ambiental, que de forma sistêmica se alia ao acirramento da concorrência econômica, levam à necessidade de uma gestão empresarial mais ágil, mais flexível e eficiente, ao lado da redução de custos (Peliano, 2000; Sachs e Vieira, 2007; Aligleri, Aligleri e Kruglianskas, 2009).

Nesse contexto, as relações econômicas tendem a adquirir uma conotação mundial de relações virtuais, em que a troca de informações ocorre em tempo real, possibilitando respostas mais rápidas às oportunidades do mercado e ao seu compartilhamento. A gestão das empresas por meio destas novas relações virtuais soma capacidades e conhecimento, além do desenvolvimento de trabalho conjunto entre várias empresas, como uma aliança estratégica para a sobrevivência e o crescimento.

Contudo, os processos produtivos estimulam a concentração de capital e de mercados, e a consolidação de oligopólios. No entanto, muitas vezes, estas estruturas de mercado se revestem de rigidez excessiva ante os novos paradigmas baseados em flexibilidade produtiva e distributiva. Nestas condições, a oferta de

produtos é interligada em âmbito mundial, através da crescente cooperação entre empresas, que entram em acordos quanto à divisão de mercado e à troca de conhecimentos tecnológicos, compartilhando, muitas vezes, riscos e custos financeiros. O aumento do número de fusões em nível mundial leva à evidência do crescimento da atuação das empresas transnacionais, que, no entanto, se concentram regionalmente, no sentido do atendimento dos grandes blocos econômicos que se desenvolveram (Kon, 2000).

O processo de multinacionalização das empresas se verificava, inicialmente, pela busca de investimentos diretos em regiões mundiais onde as vantagens de uma mão de obra mais barata, embora não consideravelmente qualificada, atraíam empresas para nações menos desenvolvidas. A reestruturação da divisão internacional do trabalho, nesse período, beneficiou grande parte de países menos desenvolvidos, visto que os investimentos diretos das multinacionais nestes espaços trouxeram consigo oportunidades de emprego e de ampliação da renda pessoal. Paralelamente, ocorreu a difusão de conhecimentos tecnológicos, que se disseminou tanto entre os níveis gerenciais das empresas multinacionais quanto entre os hierarquicamente inferiores de trabalhadores. Estes conhecimentos se expandiram para empresas nacionais destas economias, onde se refletiram em melhores alternativas de competitividade.

O novo paradigma de flexibilização produtiva visou integrar o trabalhador a todos os aspectos do processo de produção, incorporando a inteligência do homem à automação e à robótica. A competitividade entre empresas dá-se não mais apenas pela busca de economias de escala e do crescimento do tamanho das instalações, mas também por meio da produção voltada para encomendas específicas, por empresas de menor tamanho, que, dessa forma, se mostram mais capacitadas para a agilização e a flexibilização da produção, porém com menor capacidade de absorção de trabalhadores. A organização do processo de trabalho e as relações industriais ficam dependentes da capacidade de a mão de obra demonstrar padrões de flexibilidade que se ajustem a esta nova filosofia, no que se refere não apenas à capacidade para assumir tarefas variadas, como também à possibilidade de, em curto prazo, submeter-se a treinamento e reciclagem permanentes (Kon, 2000).

A intensificação dos investimentos produtivos privados acabou se concentrando em territórios econômicos mundiais já avançados, que venceram a concorrência pela importação dos capitais transnacionais destinados a inversões mais rentáveis, aumentando, assim, a desvantagem econômica dos países emergentes. O crescente excedente de trabalhadores gerado pelo desenvolvimento tecnológico, particularmente pela informatização das atividades, acarretou taxas consideráveis de desemprego tanto em países avançados como em menos desenvolvidos; este excedente, portanto, resultou da forma pela qual a globalização se intensificou incessantemente. A internacionalização das atividades produtivas

se amolda constantemente às vantagens comparativas dos diversos países, de níveis diferenciados de desenvolvimento, com relação à composição e à qualidade de sua força de trabalho e da infraestrutura ligada à economia de informação.

Nesse contexto, a sustentabilidade do desenvolvimento tem sido tema das reuniões dos conselhos administrativos das empresas que visualizam o importante papel do veto do consumidor e dos acionistas em relação ao descaso das empresas com as questões sociais (Esty e Winston, 2006). Bancos, financeiras e seguradoras mundiais estão se empenhando em se tornar “sustentáveis”, adotando novas regras para assumir o financiamento da promoção de atividades que protejam o meio ambiente.

No que se refere aos países em desenvolvimento, as consequências do processo de globalização são objeto de polêmica entre os especialistas. Tendo em vista a possibilidade dos produtores de fragmentar a cadeia produtiva internacionalmente e, dessa forma, gerar partes do valor adicionado pela produção em vários espaços mundiais, introduziu-se um novo aspecto ao processo de internacionalização de capital, em que as regiões geograficamente dispersas que tiverem capacidade de participar do processo produtivo terão ganhos relativos.

Alguns estudiosos consideram o processo como uma possibilidade de esses países melhorarem suas perspectivas e se aproximarem, em termos de níveis de desenvolvimento econômico, dos países mais avançados. Argumentam que, dependendo das políticas econômicas relacionadas à abertura comercial e financeira, a globalização pode aumentar os fluxos de capital e de tecnologia. Isto, por um lado, pode gerar uma taxa mais elevada de crescimento da renda do que aconteceria em economias menos integradas mundialmente e, por outro lado, possibilita a inclusão destas economias no processo produtivo transnacionalizado (Louette, 2007; Sachs e Vieira, 2007; Aligleri, Aligleri e Kruglianskas, 2009).

No entanto, a observação da realidade dos países emergentes aponta para as dificuldades de acesso aos benefícios da mundialização. A condição necessária de sucesso advindo da globalização, para estas economias, reside na possibilidade de pertencer a esquemas de integração regional institucionalizada; ou seja, de ter acesso a blocos econômicos mais avançados, cujos países usufruem conjuntamente os benefícios da internacionalização do capital. Aos países não integrados nestes esquemas, restaria uma situação de exclusão dos benefícios, num processo que seria definido por Gunnar Myrdal (1957) como de “acumulação circular negativa”, associada a crescentes problemas sociais. Além disto, a baixa possibilidade de cooperação tecnológica interfirmas, entre países desenvolvidos e emergentes, leva a uma situação de atraso tecnológico para estes últimos (Gundlach e Nunnenkamp, 1996).

Com a aceleração da globalização, a política econômica de cada país passa a ser grandemente condicionada por fatores externos, visando atender aos objetivos da competitividade internacional e da participação ativa no processo de inter-relação mundial. Em cada economia nacional, a velocidade da internacionalização das atividades, em grande parte, é influenciada pelas políticas públicas internas compatíveis com os requisitos do aumento dos fluxos entre países. A adoção de programas de estabilização e reformas estruturais liberalizantes baseadas em des-centralização fiscal, desregulação financeira, liberalização comercial, privatização e reformas tributárias contribuiu para a aceleração e a estruturação do processo de globalização econômica (Ipea, 2006b).

A necessidade de integração no processo de globalização não coloca aos países em desenvolvimento outras alternativas de políticas governamentais, a não ser perseguir a estabilidade macroeconômica, muitas vezes às custas de impactos sociais negativos. Sem poupança interna suficiente para investimentos satisfatórios em capital humano, físico e social e para desenvolver a infraestrutura compatível com as necessidades de competitividade internacional, estes países ficam sujeitos à vinda de investimentos externos – sejam financeiros, para equilibrar a balança de pagamentos, sejam produtivos diretos, para a composição do capital físico e social.

Segundo relatório da Associação Internacional para Esforços Voluntários (em inglês, International Association for Volunteer Effort – Iave),¹ que congrega empresas empenhadas em responsabilidade social e tem como objetivo fortalecer a ação voluntária, existe um grande espectro de empresas globais que fazem esforços sociais consistentes que permeiam seus sistemas empresariais e voltam-se para os consumidores, visando propiciar um produto e um ambiente sustentáveis, bem como empresas que prestam serviços a outras empresas com o mesmo objetivo. Este relatório constata, ainda, que, em quase todas as indústrias mundiais que atuam e todas as regiões do mundo, são empreendidas estas ações voluntárias, particularmente nos setores financeiro, de seguros, de tecnologia, de hotéis, de manufatura, de mineração, de varejo, de farmacêuticos, de logística, de consultoria, de direito, entre outros. Verifica que há diferenças regionais e culturais consideráveis entre países, apesar do contexto globalizado. Se, em alguns países, um setor do empresariado fortemente voltado para a responsabilidade social é considerado elemento essencial da sociedade, por sua vez, em outras sociedades, existe a preferência pela provisão e garantia do bem-estar por meio do governo, o que diminui o espaço do empresariado. Esta divergência de opiniões e de ações efetivas, segundo a Iave (2011), se origina das diferentes ideologias e culturas que as nações trazem em cada contexto interno.

1. A Iave, fundada em 1970 por um grupo de voluntários internacionais, tem como objetivo promover o desenvolvimento mundial do voluntariado dedicado a aspectos sociais de forma estrategicamente planejada, mantendo forte relacionamento, como a parceira com alguns departamentos da ONU voltados para a ecologia social e o desenvolvimento de organizações não governamentais (ONGs).

Em razão desse fenômeno, as empresas e os governos precisam entender essas diferenças, porque a forma pela qual as políticas e as ações públicas são realizadas em um contexto nacional pode não ser apropriada em outras regiões do mundo, muitas vezes por razão de valores culturais específicos arraigados. Existem diferentes valores com implicações delicadas no que se refere a imagens, elementos gráficos e uso de cores, bem como na forma como as pessoas se comunicam, falam, interagem e se apoiam; diferenças estas que requerem a adaptação das empresas e das políticas públicas para a adaptação a valores, costumes e expectativas locais (Iave, 2011).

A participação empresarial evoluiu a partir de suas relações com a comunidade através das solicitações da sociedade civil organizada, bem como pelas pressões das instituições legais do Estado, transformando-se em uma ferramenta de gestão da cultura corporativa, do engajamento de empregados, da gestão de marcas e nas relações externas, incluindo as parcerias com outras empresas, como uma forma de fortalecer as relações da empresa com a sua cadeia de fornecedores, os clientes e os parceiros empresariais estratégicos. Muitas destas empresas buscam parcerias de “transformação” com ONGs globais já estruturadas, que apresentam afinidades com as áreas focais da empresa, com a finalidade de nortear e apoiar o engajamento voluntário, e que tragam conhecimentos especializados sobre as necessidades, a cultura local, as novas oportunidades e mesmo o gerenciamento terceirizado de programas, bem como os papéis aceitáveis para o voluntariado, como são denominadas as empresas e os funcionários dedicados à ação social efetiva (Iave, 2011).

As diferenças entre as empresas se referem a filosofias e processos de engajamento em investimentos sociais. Os programas colocados em prática por estas empresas também seguem caminhos específicos. Alguns são mais orientados para atividades e impacto externos, e outros para seus universos internos, buscando melhorar o grau de qualidade da experiência dos voluntários (que são representados pelo empresariado, bem como pela equipe gerencial) para o benefício para a empresa, como:

- ajuda comercial, visando agregar valor à empresa;
- assistência social, com apoio social de várias ordens (saúde, acesso a bens etc.) aos indivíduos;
- desenvolvimento social, preparando o esquema para a mudança de sistemas de informações, operacionais e outros; e
- modelos de desenvolvimento humano, visando fortalecer a formação do capital humano (Iave, 2011).

Por sua vez, o denominado voluntariado baseado em habilidades (em inglês, *skill-based volunteerism* – SBV) e o voluntariado internacional dirigido à ação em outros países utilizam as habilidades profissionais e pessoais, e, embora antigos, estes programas têm evoluído, nos últimos anos, como uma forma de fortalecer as capacidades inerentes às firmas, bem como o impacto destas empresas sobre as transformações que levam ao desenvolvimento socioeconômico. Os programas postos em prática mostram a tendência de combinar os interesses comerciais e a cultura corporativa das empresas com as habilidades específicas dos empregados, com uma ligação com as estratégias das empresas no que se refere ao desenvolvimento de liderança e talentos.

A parceria com as ONGs tem aumentado na medida em que estas possuem conhecimentos especializados capazes de ajudar o envolvimento empresarial e, além de incluir oportunidades para o exercício das habilidades pessoais e profissionais das empresas, transmitem modelos de mensuração do impacto do trabalho social, que, como visto, fornecem subsídios à formulação de políticas privadas e públicas.

A pesquisa da Iave (2011) relata exemplos da utilização da tecnologia inovadora para apoiar a prática do voluntariado empresarial, que pode variar em uma gama de utilização rotineira e limitada da tecnologia, até relações de *mentoring* e tutoria a projetos de maior escala e projetos a distância baseados em habilidades específicas. Existem vários exemplos de empresas que estão desenvolvendo novas ferramentas *on-line* para apoiar a atuação de seus empregados nos projetos sociais de ação voluntária, disponibilizando materiais e redes sociais para troca de experiências e ideias, para atender às necessidades das empresas.

5 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: SUBSÍDIOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

A inclusão gradativa na sociedade e nas empresas brasileiras da ideia de responsabilidade social vem sendo ampliada no início deste século. Parcela do empresariado e de outras instituições privadas, como as de ensino, vem tomando consciência sobre a necessidade de uma postura que se contraponha à cultura de gestão organizacional centrada apenas na maximização do lucro dos acionistas. Este novo enfoque social é retratado na busca, pelas empresas privadas, de informações e participação em fóruns de discussão, com o intuito de compreender e incorporar a abordagem de responsabilidade social para a implementação de políticas e práticas que atendam a critérios éticos.

Com a intensificação, na década de 1980, do debate internacional sobre a relativa incapacidade do Estado de atender a todas as demandas sociais, bem como a necessidade de fortalecimento da sociedade civil, foram formados dois

grupos informais de empresas brasileiras, o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife), em 1989, e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), em 1998, para a discussão deste tema. Iniciaram um movimento para o debate da questão do papel das empresas privadas em relação à responsabilidade pelo desenvolvimento social do país, bem como a forma de contribuição efetiva e empírica para este objetivo. Naquele período, crescia a consciência do empresariado sobre a necessidade de promover transformações sociais, muito além do assistencialismo. Apenas em 1995, o grupo iniciante organizou oficialmente a instituição do Gife, composto por 25 organizações, que, nos anos seguintes, veio se desenvolvendo e tornou-se referência sobre investimento social privado no Brasil. Em 2010, a rede Gife reunia 134 associados, que, conjuntamente, investiam por volta de R\$ 2 bilhões por ano na área social. A rede Gife assim formada, sem fins lucrativos, passou a reunir organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem em projetos com finalidade pública, com a missão de

aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo, assim, para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados. Além disso, o Gife também organiza cursos, publicações, pesquisas, congressos, grupos de afinidade, painéis temáticos, debates e outros eventos (Gife, 2011, p. 8).

Por sua vez, o Instituto Ethos formou-se como uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como organização da sociedade civil de interesse público, tendo como missão: “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (Ethos, 2011). Agrega um grupo de empresários e executivos oriundos da iniciativa privada, que trocam conhecimentos e experiência, desenvolvendo ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

A partir dessas iniciativas, a ação social das empresas no Brasil foi objeto de estudo, tendo como investigação pesquisa inédita do Ipea, em 2001, enfocando empresas privadas de todos os portes, cujos resultados mostraram investimentos não desprezíveis por algumas grandes empresas. Estes resultados, que englobam 67% das empresas na região Sudeste, 46% das empresas no Sul e 55% do Nordeste, representavam respectivamente nestas regiões 30%, 7% e 4% do gasto social federal. Esta pesquisa teve o foco nas ações sociais das empresas direcionadas a *stakeholders*, representados pela comunidade empresarial e empregados. Porém, mostrou que a grande maioria das empresas pesquisadas ainda não dispunha de um sistema de informações que avaliasse o impacto de

suas ações sociais, e, nesse sentido, suas ações poderiam acarretar desperdício de recursos e consequente redução na eficiência e na eficácia (Peliano, 2000; Ipea, 2006b; Coutinho e Macedo-Soares, 2002).

Investigação recente da Ethos mostrou que, em 2006, entre as empresas interessadas em investimentos em responsabilidade social, em torno de 34,4% eram empresas de grande porte; 28%, pequenas; 19,1%, microempresas; e 18,5%, de médio porte. Deve ser observado que, embora a consciência sobre a questão social tenha apresentado lenta evolução, no ano pesquisado, um grupo representativo de empresas já considerava que a responsabilidade social não deve ser apenas do governo (em retorno ao pagamento de impostos), da comunidade social e das ONGs, mas cabe também às empresas, mesmo que esta ainda apresente critérios empresariais de retorno ao investimento (Ethos, 2006).

A partir de resultados da pesquisa, Stephen Kanitz (2006) salienta que, em 2006, as quinhentas maiores empresas brasileiras doaram aproximadamente US\$ 300 milhões a entidades beneficentes. Acrescenta que, além de ser uma quantia irrisória para os padrões internacionais, a maioria delas o faz de forma totalmente aleatória, como estratégia filantrópica e sem outros objetivos de adequação a estratégias de desenvolvimento socioeconômicos definidos (Ethos, 2006).

Desde 2002, o Banco Mundial, através de sua instituição denominada International Finance Corporation (IFC), estabeleceu um conjunto de regras socio-ambientais para nortear os critérios de financiamentos, conhecidas como Princípios do Equador. Em 2006, foi lançada nova versão destes princípios, revista em 2010, que prevê critérios mais rigorosos, principalmente na análise da população atingida pelo projeto financiado. A partir disto, todo projeto deve ter classificação de acordo com seu nível de risco socioambiental, e, para os projetos de alto risco, devem ser exigidos planos de ação que minimizem os impactos oriundos destes riscos (Ipea, 2006b).

A aplicação dos critérios é baseada no estabelecimento de uma avaliação socioambiental realizada pelas instituições financeiras, que classifica os projetos como: A (alto risco), B (médio risco) ou C (baixo risco). A dotação de crédito aos projetos apresentados pelas empresas será decidida mediante a análise de informações como: risco ambiental, proteção à biodiversidade e uso de energia renovável; proteção à saúde e à diversidade cultural e étnica; adoção de sistemas de saúde e segurança ocupacional, bem como prevenção contra incêndios; avaliação de impactos socioeconômicos; eficiência na produção, na distribuição e no consumo de recursos hídricos e energia; mecanismos de prevenção e controle de poluição; entre outras, para serem avaliadas pela instituição financeira.

Em 2011, a associação das empresas envolvidas com os Princípios do Equador iniciou a elaboração do processo de revisão estratégica, com o objetivo

de desenvolver uma visão estratégica para os cinco anos seguintes, no sentido de assegurar que os princípios continuem a ser um padrão para a implementação do gerenciamento do risco ambiental e social no setor financeiro. A revisão periódica é vista como necessária, devido ao aumento de empresas associadas, e à medida que a ideia dos princípios se expande mundialmente com a conscientização de sua relevância e da necessidade de mudanças nos mercados financeiros mundiais para o atendimento da situação de crise mundial.

Nesse contexto, as economias de distintos níveis de desenvolvimento são levadas a se engajar nas regras da IFC, particularmente por estarem passando por processos diferenciados de mudanças qualitativas e quantitativas na sua estruturação produtiva, segundo as condições específicas de sua força de trabalho, que permitam ou não o ajustamento mais dinâmico ao cenário da globalização. Entre as atividades financeiras mundiais, a consciência de que a gestão da responsabilidade social deve ser incorporada não apenas no discurso, mas também na prática da cultura organizacional, veio se difundindo. Este movimento pode ser visualizado a partir de pesquisa do Ethos, que mostra que, já em 2006, 27 instituições financeiras mundiais – entre as quais quatro grupos brasileiros – aderiram aos Princípios do Equador, adotando a ideia da IFC de que aderir a esses princípios deixou de ser um custo para se tornar uma vantagem comparativa.

Outra pesquisa realizada pelo Ipea em 2006, a Pesquisa Ação Social das Empresas (Pase), coordenada por Anna Peliano, revelou que, das empresas privadas brasileiras, cerca de 69% realizam ações sociais em benefício da comunidade social dos locais próximos à unidade produtiva ou à área de consumo, correspondendo a aproximadamente 600 mil empresas que, em 2004, haviam aplicado R\$ 4,7 bilhões (0,27% do PIB) em ações sociais. Entre 2002 e 2006, foi observado um crescimento de 10% no número destas empresas. No entanto, o comportamento empresarial tradicional do país, no que se relaciona à responsabilidade social, é mais voltado para a filantropia. As empresas ainda não visualizam de forma adequada a relação de seus investimentos sociais com os impactos sobre o desenvolvimento econômico. Mas a pesquisa registra também que, à medida que a participação social evolui, ela é incorporada aos valores da empresa e partilhada com os trabalhadores, passando a fazer parte da missão institucional. As empresas mais comprometidas adotam uma participação proativa, apoiam projetos mais bem estruturados e buscam uma relação de parceria com seu público-alvo (Ipea, 2006b).

Por um lado, as empresas relatam como dificuldades para o investimento em ações sociais primeiramente questões financeiras; ou seja, 62% alegam que o maior empecilho para estas ações é a falta de recursos, visto que há ausência de incentivos governamentais (11%). Mas, por outro lado, a pesquisa mostra também que o investimento social privado é pouco influenciado pela política de

benefícios tributários, uma vez que apenas 2% das empresas que atuaram na área social fizeram uso de incentivos fiscais, e 40% disseram que o valor do incentivo era muito pequeno e, portanto, não compensava seu uso. Para 16%, as isenções permitidas não se aplicavam às atividades desenvolvidas, e 15% nem mesmo sabiam da existência dos benefícios.

As últimas informações sobre o perfil das empresas dedicadas à responsabilidade social no Brasil, divulgadas a partir do Censo Gife 2009-2010, mostram investimentos da ordem de R\$ 1,9 bilhão em 2009 e uma projeção de R\$ 2,02 bilhões em 2010, aplicados em diferentes áreas sociais, culturais e ambientais. Dos 134 associados, a taxa de respondentes foi de 76%, o que constitui uma amostra significativa para registrar o perfil do empresariado investidor em responsabilidade social e as ações desenvolvidas, que afetam cerca de 24 milhões de beneficiários diretos.

O censo mostrou que a maior parte dos investidores sociais privados tem origem corporativa, 62% são fundações e associações empresariais e 24% são empresas privadas. Por um lado, suas estratégias de ação social tendem a se concentrar prioritariamente em projetos próprios e menos em financiamento de projetos de terceiros. Por outro lado, os recursos são concentrados em áreas e temas específicos, como educação, população jovem e cultura, em detrimento de outros temas. O horizonte de tempo considerado na maior parte dos projetos sociais é mais curto, particularmente tendo em vista o panorama de incertezas da economia e da sociedade mundial. A área prioritária da educação é foco de 82% das empresas investidoras, enquanto 60% investem em temas de cultura, artes e formação do trabalhador. As questões ambientais, por sua vez, interessam a 58% dos investidores e tiveram uma elevação considerável de 26% de 2007 a 2009 (Gife, 2011).

Com relação ao período de crise financeira mundial de 2008, a pesquisa mostra que o investidor social privado – em grande parte, formado por empresas – não alterou de forma relevante o montante de recursos destinados a esta forma de inversão. Em relação ao orçamento planejado para este fim, 45% das pesquisadas não tiveram alterações, 29% reduziram ligeiramente, e apenas 18% mostraram redução drástica. Algumas áreas, no entanto, vêm mostrando queda nos investimentos, como defesa de direitos, apoio à gestão do terceiro setor e desenvolvimento comunitário (Gife, 2010).

A pesquisa anteriormente citada, de Iave (2011), registrou que a recessão mundial parece ter fortalecido o contingente de empresários voltados para estes investimentos. Em particular, as empresas globais relatam que a recessão renovou a disposição dos empregados para atuar como voluntários e, também, resultou em iniciativas mais criativas para responder a problemas comunitários emergentes,

especialmente as necessidades humanas básicas de desempregados ou pessoas vulneráveis de alguma outra forma. Estimulou, ainda, o uso mais estratégico da ação voluntária para complementar e alavancar a doação financeira para estes fins.

Sobre a governança e a gestão do investimento em responsabilidade social, as estruturas decisórias são diferenciadas entre os tipos de instituições, sejam empresas, institutos ou fundações, a partir do grau de vinculação que as une a suas empresas mantenedoras ou a fundações independentes, comunitárias ou familiares, bem como em função do porte das instituições e de sua forma de atuação. No entanto, apenas um número reduzido de instituições conta com a presença de membros externos em sua gestão. A origem dos recursos utilizados para este investimento é diversa, pois as empresas indicam utilizar recursos próprios da empresa ou doados pela empresa mantenedora/grupo, recursos doados por indivíduos ou grupos familiares mantenedores, recursos próprios do associado, provenientes de fundo patrimonial, aplicações e outros rendimentos, ou, ainda, recursos gerados com produtos/serviços/*marketing* relacionados a uma causa.

Entre as mencionadas anteriormente, a principal dificuldade apontada pelos empresários para investir em ações sociais continua sendo a questão financeira: 62% disseram que a falta de dinheiro é o maior empecilho. Uma parcela menor reclamou da ausência de incentivos governamentais (11%). E uma pequena proporção de empresas afirmou que não atua porque nunca pensou nessa possibilidade ou porque acredita que esse não seja o seu papel (5%). No entanto, mais da metade das empresas respondentes (54%) afirmou que não utiliza benefícios fiscais, apontando como causa poucos benefícios e desvantagens adicionais.

Outro estudo do Ipea, coordenado por Anna Peliano e divulgado em 2009, constatou que cerca de 800 mil empresas privadas realizavam ações sociais no Brasil no período. Para um universo de 4,8 milhões de empresas brasileiras, em 2009, este montante corresponde a 16,7% do total de empresas. Peliano (2009) ressalta que um dos fatores relevantes para a análise do investimento social no processo de tomada de decisão destas empresas diz respeito à avaliação social que possuem sobre os resultados destes investimentos, uma vez que apenas 16% (95 mil empresas) declararam realizar este tipo de ação, e 79% responderam não possuírem esta documentação. As empresas alegam altos custos de avaliação relacionados tanto ao tempo utilizado para esta ação, quanto aos recursos monetários e à capacitação de equipe interna para estes fins, aliados à definição de instrumentos para a realização. Neste âmbito, a inexistência de apoio governamental técnico e financeiro desestimula a realização desta avaliação, o que, por sua vez, onera a consecução das medidas de apoio público ao estímulo do investimento social privado. Como salienta Peliano, a avaliação tem de ser instrumento de gestão, desde que os resultados na área social são longos e difíceis e as ações tendem a sofrer maiores dificuldades, por falta de informações necessárias para o planejamento destas políticas públicas (Peliano, 2009; IBGE, 2009).

Em muitos países mais avançados, a integração entre as medidas de responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável na prática cotidiana faz com que as organizações se voltem para os objetivos no longo prazo e passem, então, a perceber que qualidade, preço competitivo e bons serviços não representam mais os únicos diferenciais no mercado. No entanto, no Brasil, a ação social das empresas envolvidas na responsabilidade social ainda é tímida e tem se voltado para o assistencialismo de curto prazo, por meio de projetos de ajuda filantrópica e de uma política de doações, não revestida de objetivos outros que diminuir momentaneamente dificuldades sociais enfrentadas pela comunidade.

Apesar do cenário promissor, os números resultantes das avaliações sobre os investimentos em projetos sociais, por parte das organizações privadas, destacam o enorme espaço a ser preenchido por atitudes empresariais cidadãs no Brasil (Ethos, 2006). Esta forma de responsabilidade social não apresenta condições de eliminar a médio ou longo prazo os bloqueios dos indivíduos e do país, que impedem a consecução do desenvolvimento sustentável. As pesquisas citadas ainda mostram que o tipo de ação praticada na atualidade no país não elimina a pobreza, mas, sim, contribui para sua perpetuação. Ainda não está devidamente compreendida a forte relação entre as práticas das ideias mais amplas de responsabilidade social das empresas e as possibilidades de concretizar a forma de desenvolvimento que se mantenha para as gerações futuras. Não se estruturou ainda no ambiente empresarial brasileiro a noção fundamental do que é conceituado como o novo capitalismo social, em que são delineadas novas formas de relação entre empresas, funcionários, comunidades e clientes, que passam a compartilhar objetivos e resultados que favoreçam a otimização e a manutenção dos recursos (Sennett, 2006).

No entanto, já se observa o crescimento da proporção de empresas brasileiras que têm incorporado atitudes de responsabilidade social – ainda que através da prática da filantropia estratégica, com fins estratégicos de *marketing* –, o que consiste em uma forma diferenciada de administração, mais próxima da integração com a necessidade do desenvolvimento sustentável. Esta atitude compreende a análise, a escolha e a determinação de uma causa social que tenha, preferencialmente, relação com o negócio da empresa, em vez da prática aleatória de uma política de doações. Neste sentido, a empresa procura investir em projetos sociais específicos que agregarão valor a sua marca, despertando a associação positiva por parte de consumidores, fornecedores, clientes e potenciais, entre seu nome e a ação socialmente responsável (Ethos, 2006). Esta ação responsável em relação ao meio ambiente interno e externo e às condições individuais do trabalho é que permitirá os impactos positivos sobre a sustentabilidade do desenvolvimento global da região e do país.

A prática filantrópica em si, ainda que associada a uma estratégia específica da administração da empresa, não esgota a capacidade empresarial de selecionar outras medidas estratégicas para a construção do capital social da comunidade, pois, como visto anteriormente, a rede de inter-relacionamentos de apoio que constitui esta infraestrutura social tem reflexos positivos e de desenvolvimento em todos os grupos de agentes que dela participam. A pauta de atuação das empresas visando contribuir ao capital social e ao desenvolvimento sustentável através da responsabilidade social deve buscar um comprometimento com a ética e a qualidade de vida dos empregados, de suas famílias, da comunidade e da sociedade como um todo. A preocupação de investir no desenvolvimento de produtos deve ser associada à seleção dos produtos que causem menor impacto ambiental, à garantia de qualidade junto aos consumidores e aos projetos sociais e culturais, como parte do planejamento estratégico da empresa com uma visão de longo prazo. Portanto, a prática da filantropia estratégica, que tem objetivos prioritariamente de curto e médio alcances, é um dos caminhos possíveis para a disseminação da mentalidade que potencialmente pode levar à busca do desenvolvimento sustentável de longo alcance.

Conforme Sachs (2005), destravar o progresso econômico no Brasil requer mais investimentos em educação e em capacitação tecnológica e científica. Neste sentido, além dos aspectos apresentados, outra constatação relevante para a consecução do desenvolvimento sustentável, como visto anteriormente, é o entendimento do papel do conhecimento, na tomada de decisão sobre os padrões de consumo e produção sustentável, por todas as categorias de agentes envolvidos.

No caso específico do Brasil, a capacidade de recursos materiais e administrativos do Estado brasileiro tem se mostrado insuficiente para a formação da infraestrutura que permita o acesso livre dos indivíduos a este tipo de formação, representada por investimentos em educação, bibliotecas públicas, programas de apoio à aquisição de livros, equipamentos e outros materiais de informática, tanto por órgãos públicos de ensino quanto por indivíduos em formação (Veloso Filho e Nogueira, 2006; Brasil, 2000; 2004). Desta forma, entre as ações estratégicas dos planos de inovação tecnológica de muitas empresas nacionais, cada vez mais é registrada a intenção de assumir, conjuntamente com os órgãos governamentais, a responsabilidade pela formação da infraestrutura necessária para a disseminação do conhecimento pela sociedade toda, o que reverterá em reflexos positivos para a própria continuidade de crescimento empresarial (Ethos e Akatu, 2010).

Portanto, além de se constituir em uma postura ética, uma filosofia moral e um conjunto de preceitos filosóficos que administradores acreditam e tentam seguir, a administração socialmente responsável requer também um conjunto de técnicas e práticas administrativas para gerir estes novos objetivos

e suas mudanças estruturais requeridas. A necessidade de se desenvolverem instrumentos que auxiliem as empresas a exercer sua responsabilidade social de maneira mais efetiva vem causando transformações que implicam mudanças profundas em várias dimensões da organização, visto que uma empresa passa a ser socialmente responsável de forma gradativa. Para trazerem resultados positivos, estas mudanças devem ser contempladas como parte integrante da cultura organizacional e da estratégia de negócios da empresa. Do ponto de vista da gestão da empresa, observa-se que, para que a empresa se torne socialmente responsável, é necessário a institucionalização de posturas, instrumentos de gestão e atenção a novos *stockholders* (agentes) como parceiros dos processos que envolvam público interno, meio ambiente, fornecedores, comunidade, consumidores, governo e sociedade. As mudanças organizacionais nesse sentido trazem implicações estratégicas profundas e requerem instrumentos específicos de gestão, como consultoria, auditoria e treinamento em sistema de gestão e pesquisa do clima organizacional, voltados para normas específicas de prática social (SA 8000, ISO26000 e NBR 26000), treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos, desenvolvimento de ferramentas informatizadas para o atendimento de produtos sociais, análise do perfil comportamental dos *stockholders* associados à gestão de fornecedores e gestão por competências, bem como introdução de estratégias e produtos para o engajamento de partes interessadas e prováveis parceiros.

A qualificação de profissionais para a gestão da responsabilidade social requer a formação não apenas de um senso ético, mas também de espírito crítico/reflexivo e competências teóricas e metodológicas específicas para os objetivos sociais. E, ainda, a consciência de que, na atualidade, o movimento da responsabilidade social se associa fortemente ao estudo das suas determinações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. Inclui a capacidade de reflexão sobre as possibilidades e os limites das práticas de gestão da responsabilidade social tanto no contexto interno da empresa quanto no da sociedade regional, nacional e mundial. Para isso, é necessário também efetuar a capacitação dos agentes envolvidos, para que sejam utilizados os princípios, os conceitos e as metodologias constantes nas premissas da denominada “gestão social responsável” (Ethos e Akatu, 2010).

Em suma, a eficiência das políticas públicas no Brasil, voltada para o apoio à formação de capital social, é altamente questionada nas análises avaliativas. As dificuldades de gestão pública não se referem apenas à falta de recursos financeiros, mas, particularmente, prendem-se ao gerenciamento dos recursos humanos (capital humano), à carência de experiência acumulada da administração e, principalmente, à falta de uma infraestrutura institucional para a coordenação e a concatenação das políticas públicas e da formação de capital social (Rocha e Merege, 2001). Neste sentido, a empresa privada brasileira dispõe de experiência superior e acumulada nas áreas

de gestão, tecnológica e organizacional como um todo, de modo a gerar expressivos ganhos de eficiência e qualidade na implementação de medidas sociais necessárias, através de parcerias com o governo de ação própria independente.

Como salientam Rocha e Meregé (2001) em sua pesquisa, no Brasil, o denominado terceiro setor (organizações não governamentais) surge com mais intensidade nos anos 1990, com a finalidade de complementar as iniciativas do governo e do setor privado no atendimento de diversas necessidades da população – oferecendo-lhe o mínimo de bem-estar – e na formação de uma sociedade com menos desigualdades sociais e econômicas. Os autores estabelecem a hipótese de que o desafio da sustentabilidade e da formação de capital social não se limita à captação dos recursos de que uma organização necessita. Implica também seu emprego de maneira eficiente, de modo a maximizar os resultados alcançados investindo no desenvolvimento das pessoas que fazem parte da organização, melhorando a qualidade dos serviços, adequando-os às necessidades das comunidades e assegurando que a entidade continuará a contar com o apoio do público. Rocha e Meregé (*op. cit.*) identificam as fontes de recursos existentes do também chamado de capital social e, através da análise de casos, buscam ilustrar as formas de utilização das fontes de recursos existentes, mostrando casos reais e bem-sucedidos. As comparações feitas pela pesquisa dos diferentes tipos de fontes de recursos identificam suas consideráveis diferenças e semelhanças, vantagens e desvantagens.

Por sua vez, a responsabilidade social corporativa no Brasil apresenta potencial considerável de ampliação, seja através da conscientização de seus impactos positivos sobre o desenvolvimento econômico sustentável, seja por meio dos movimentos bem-sucedidos de organizações privadas e públicas, dirigidos à qualidade, à saúde e à segurança no trabalho, bem como pela preservação do meio ambiente. Movimentos estes que recorrem à divulgação de tópicos como valores organizacionais de respeito ao meio ambiente, à comunidade, ao governo, aos consumidores, entre outros, estão hoje cada vez mais integrados às boas práticas da excelência em gestão.

Dessa forma, os resultados detectados nas pesquisas junto às empresas mostram, de um lado, a relevância do apoio governamental no sentido de facilitar o acesso a recursos para estes investimentos privados (via instrumentos creditícios ou legais). Por outro lado, as políticas vigentes de incentivos governamentais não têm sido implementadas de maneira a trazer resultados vantajosos. Além disso, a falta de recursos e de benefícios fiscais adequados não são as únicas carências nestes programas de apoio, pois, para a efetivação de resultados bem-sucedidos, é relevante a existência de uma infraestrutura de apoio institucional para a assessoria às empresas, com um sistema de informações adequado à distribuição destes benefícios, de formação de recursos humanos voltados para os objetivos do investimento social, entre outros acima mencionados. No entanto, a percepção de

que a responsabilidade social das empresas pode ser usada como instrumento de desenvolvimento socioeconômico requer a priorização de um planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas para a criação de uma rede de instituições e dispositivos legais de fomento à criação do capital social ainda insuficiente no país, particularmente no atual período de crise socioeconômica internacional. É necessário salientar que, embora os investimentos sociais das empresas não devam ser considerados como a solução dos problemas sociais do país, consistem em um instrumento relevante e que pode trazer resultados significativos para o caminho do desenvolvimento sustentável.

6 CONCLUSÕES: REPENSANDO A REALIDADE BRASILEIRA

O aumento da competitividade internacional das empresas e do avanço tecnológico, que culminou na transnacionalização da produção e na globalização econômica, vem conduzindo ao crescente desgaste socioambiental, cujo contexto no mundo e, particularmente, no Brasil vem se tornando alarmante. Apesar dos benefícios que a globalização pode trazer, a preocupação mundial com os prejuízos sociais e ambientais da mundialização tem sido foco de mecanismos novos de discussão e operacionalização do fenômeno, em que o ser humano se coloque como agente central do sistema e receba o usufruto do desenvolvimento. Como contrapartida, observa-se no mundo a ampliação de medidas governamentais para a renovação do desenvolvimento das sociedades através de medidas de sustentabilidade em longo prazo. Paralelamente, dissemina-se a consciência de que as empresas que não incorporarem em suas estratégias o engajamento com a efetiva ação para a solução das dificuldades socioambientais arriscam-se a perder oportunidades em mercados competitivos, que estão sendo crescentemente moldados por estes fatores.

Na realidade do Brasil, a consciência sobre a crise ambiental – que começou a se elevar nos anos 1990, juntamente com a percepção da continuidade do amplo grau de desigualdade social – ainda não alcançou sua difusão de forma efetiva através de ações políticas privadas que tivessem amplo êxito. Questões relacionadas à preocupação com o desequilíbrio macroeconômico foram prioritárias na agenda empresarial desde os anos 1980. A economia vem enfrentando a necessidade de conviver com políticas rígidas que buscam a estabilidade macroeconômica, mas que, no entanto, retardam e oneram o desenvolvimento social e econômico, particularmente nos períodos recentes de crise socioeconômica internacional.

De forma concomitante com a preservação do equilíbrio macroeconômico que já vem se delineando no país desde a segunda metade da década de 1990, a inclusão do país no mercado competitivo mundial e na busca de melhores condições de vida para a população passa pela integração com os demais países nas ações para a humanização do processo de globalização através do desenvolvimento sustentável. O papel do Estado é primordial nesse novo processo humanizante.

Se o modo de produção capitalista ainda pode criar as condições favoráveis de melhoria do bem-estar da sociedade através da mundialização, as atribuições do governo, neste sentido, são transferir as responsabilidades de construção de capital social também para o setor privado e manter-se como coordenador das políticas públicas de estímulo do processo produtivo empresarial.

No entanto, manter, paralelamente ao objetivo do equilíbrio macroeconômico, o objetivo da melhoria do bem-estar do homem-cidadão implica, entre outras ações, a necessidade de acentuar esta transferência ao setor privado, seja da produção e/ou da provisão de parte dos serviços sociais básicos, que elevam o capital humano, seja da criação de mecanismos e instituições que participem da formação da infraestrutura de capital social do país. Em outras palavras, trata-se de criar condições legais e financeiras para a integração das ações de responsabilidade social das empresas privadas, com o processo de sustentabilidade do desenvolvimento do país. Os requisitos para esta integração são baseados, primeiramente, no entendimento de que o desenvolvimento sustentável deve ser interpretado de forma mais ampla do que apenas como a redução de impactos no meio ambiente, mas pressupõe também um compromisso com a redução da desigualdade social, a partir de uma política de justiça redistributiva, tanto da parte do Estado quanto de organização privadas.

Da parte das empresas, a responsabilidade pelo consumo de insumos e produção sustentáveis implica um modelo de produção que busque minimizar desequilíbrios socioambientais, disseminando estas ações em toda a cadeia produtiva e em todo o ciclo de vida de um produto, inclusive no que se refere à geração e ao descarte de dejetos, que agravam as consequências da pobreza em certas localidades. Além do mais, o consumo sustentável de insumos investe na reciclagem e na reutilização dos resíduos da produção, no uso de embalagens e produtos biodegradáveis e no emprego de tecnologias limpas, que utilizam de forma inteligente os recursos renováveis.

O Brasil dispõe de vantagens comparativas significativas em relação a outros países, referentes à biodiversidade e a outras condições naturais encontradas em seu território. Tais condições criam oportunidades de liderança no ambiente competitivo mundial, se as empresas procurarem formas sustentáveis de exploração destas vantagens, em atendimento às demandas originadas pela busca do desenvolvimento sustentável. Contudo, como salientado, a preocupação não apenas se resume à sustentabilidade ambiental, mas também se estende também à sustentabilidade socioeconômica de regiões empobrecidas, ao estimular a produção local e o uso de matérias-primas nativas, evocando as competências das pequenas comunidades (Lucas, 2006a).

A consciência sobre a utilização das ações de responsabilidade social das empresas como instrumento de desenvolvimento socioeconômico ainda não se difundiu no país. Paralelamente, esta percepção sobre a contribuição das empresas

no desenvolvimento sustentável requer a priorização de um planejamento público e de implementação efetiva de políticas públicas de apoio dirigidas para a criação de uma rede de instituições e dispositivos legais de fomento à ampliação do capital social ainda insuficiente no país, particularmente no período atual de crise socioeconômica internacional. Apesar da percepção de que a gestão da responsabilidade social não tem a possibilidade de resolver definitivamente as questões sociais arraigadas, este instrumento de apoio no Brasil pode desempenhar um papel considerável na ação de complementação da formação humana e organizacional em diversas áreas da sociedade e da economia.

A inclusão gradativa, na sociedade e nas empresas brasileiras, da ideia de responsabilidade social já vem sendo ampliada no início deste século. Parcela do empresariado e de outras instituições privadas, como as do ensino, vem tomando consciência sobre a necessidade de uma postura que se contraponha à cultura de gestão organizacional centrada apenas na maximização do lucro dos acionistas. Assim, a ação dos agentes privados e governamentais, neste sentido, deve ser incorporada não apenas no discurso, mas também na prática da cultura organizacional destas instituições.

Em muitos países mais avançados, já se observa a integração entre as medidas de responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável na prática econômica cotidiana. No entanto, no Brasil, a ação social das empresas envolvidas na responsabilidade social ainda é tímida e tem se voltado para o assistencialismo de curto prazo, através de projetos de ajuda filantrópica, de uma política de doações, não revestida de objetivos outros que diminuir momentaneamente dificuldades sociais enfrentadas pela comunidade social que vive no entorno das empresas.

No que se refere às condições do país de compartilhar os benefícios e ultrapassar os custos do processo de globalização, torna-se necessário uma ampliação da capacidade de resposta para adaptação às novas condições exigidas pelo ambiente de crise internacional. Alguns fatores determinantes desta capacidade estão fora da alçada governamental, e, desta maneira, é patente o novo papel das empresas produtoras de bens e serviços e das instituições financeiras para que a tomada de decisão a este respeito apresente uma faceta ética acentuada de comprometimento com a superação das dificuldades de elevação do bem-estar social. A inibição da competição predatória e da exclusão social requer não apenas a atuação eficiente de órgãos reguladores do Estado que atuem como direcionadores ao desenvolvimento social, mas também a formação de uma nova cultura organizacional, em que se efetive a atuação social estratégica das empresas privadas no processo de busca de formação do capital social e do desenvolvimento sustentável.

Sumarizando, as conclusões apontam que a busca pelo desenvolvimento sustentável não é apenas representada pela preocupação com a política ambiental, mas também inclui a melhora do bem-estar e da inclusão social da população.

A responsabilidade social das empresas extrapola a mera filantropia aleatória e deve incorporar como complemento a criação e a ampliação do capital social da nação. Finalmente, a consciência da necessidade de integração das práticas de responsabilidade social com a busca do desenvolvimento sustentável deve ser disseminada como instrumento imprescindível para a maior inclusão de empresas no processo de mudanças socioeconômicas prementes do país, para a consecução destes objetivos de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz A.; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socio-ambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. [S.l.]: Atlas, 2009.

BERLE JUNIOR, Adolf A. For whom corporate managers are trustees: a note. **Harvard law review**, v. 45, n. 8, 1932.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, John G. **Handbook of the theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood, 1985.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2000-2003**. Brasília: MP, 2000.

———. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano Estratégico do MCT (2004-2007)**. Brasília: MCT, jul. 2004.

COLEMAN, James. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COSTA, Carlos Eduardo Lustosa. As licitações sustentáveis na ótica do controle externo. **Interesse público**, Belo Horizonte, v. 14, n. 71, jan./fev. 2012.

COUTINHO, Renata Buarque Goulart; MACEDO-SOARES, Teresia Diana L. V. A. Gestão estratégica com responsabilidade social: arcabouço analítico para auxiliar sua implementação em empresas no Brasil. **Revista administração contemporânea**, v. 6, n. 3, dez. 2002.

DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail. **Social capital: a multiperspective approach**. Washington: World Bank, 1998.

DODD JUNIOR, E. M. For whom are corporate managers trustees? **Harvard law review**, v. 45, n. 7, p. 1.145-1.163, 1932.

ELHAUGE, Einer. Corporate managers operational discretion to sacrifice corporate profits in the public. *In*: HAY, Bruce; STAVINS, Robert; VIETOR, Richard (Eds.). **Environmental protection and the social responsibility of firms**. Washington: Resources for the Future, 2005. p. 13-76.

ESTY, Daniel C.; WINSTON, Andrew S. **Green to gold: how smart companies use environmental strategy to innovate, create value and build competitive advantage.** New Haven: Yale University Press, 2006.

ETHOS – INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos-Sebrae de responsabilidade social empresarial para micro e pequenas empresas.** São Paulo: Ethos, 2011. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-34a2011_IndicadoresEthos-Sebrae_PORT.pdf>.

_____. **Porte das empresas associadas.** São Paulo: Instituto Ethos, 28 de dezembro de 2006. Disponível em: <www.ethos.org.br>

ETHOS – INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL; AKATU – INSTITUTO AKATU PELO CONSUMO CONSCIENTE. **Responsabilidade social das empresas: percepção do consumidor brasileiro – pesquisa 2010.** São Paulo: Ethos; Akatu, 2010. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/10_12_13_RSEpesquisa2010_pdf.pdf>.

FLETA, Luis Solano. **Fundamentos de las relaciones públicas.** Madri: Sínteses, 1995.

FOLADORI, Guillermo. **Por una sustentabilidad alternativa.** Montevideo: Uita, 2006.

FRIEDMAN, Milton. The social responsibility of business is to increase its profits. **New York Times magazine**, New York, 13 Sept. 1970. Disponível em: <<http://goo.gl/W0XR>>.

GIFE – GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Censo Gife 2009-2010.** São Paulo: Gife, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/BnjQ3N>>.

GUNDLACH, Eric; NUNNENKAMP, Peter. **Some consequences of globalization for developing countries.** In: GLOBALIZATION: WHAT IT IS AND ITS IMPLICATIONS. São Paulo: FEAUSP, 1996.

IAVE – INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR VOLUNTEER EFFORT. **O estado da arte do voluntariado empresarial.** Taipé, jan. 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas 2009 (Cempe).** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pesquisa Ação Social das Empresas.** Brasília: Ipea, 2006a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/rubriquec8fe.html?id_rubrique=11>.

_____. **A iniciativa privada e o espírito público: a ação social das empresas privadas.** Brasília: Ipea, maio 2006b. Pesquisa Ação Social das Empresas. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/acaosocial/IMG/pdf/doc-28.pdf>>.

KANITZ, Stephen. A função social do administrador. **Veja**, n. 26, edição 1.963, ano 39, p. 22, 5 jul. 2006.

KLIGSBERG, Bernardo. El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo. *In*: KLIKSBURG, Bernardo; TOMASSINI, Luciano (Orgs.). **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Washington: BID, 2000.

KON, Anita. Os países em desenvolvimento no cenário da globalização: repensando a questão ética. *In*: WORLD CONGRESS OF BUSINESS, ECONOMICS, AND ETHICS, 2., 19-23 jul. 2000, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ISBEE/FGVSP, 2000. Disponível em: <www.isbee.org>.

_____. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2004.

_____. **Produção, cultura do consumo e desenvolvimento sustentável**. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA E TRABALHO. São Paulo: SESC, 2006. Disponível em: <www.sescsp.org.br>.

KON, Anita; SUGAHARA, Claudemir. **Sustentabilidade e empregos verdes no Brasil**. Curitiba: Appris, 2012.

KOTLER, Philip. **Os 10 pecados mortais do marketing: causas, sintomas e soluções**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LECHNER, Norbert. Desafios de um desarrollo humano: individualización y capital social. **Instituciones y desarrollo**, n. 7, 2000.

LUCAS, Luciane. O discurso da sustentabilidade: fundamentos para uma análise do consumo sustentável na mídia. **Cadernos de pesquisa ESPM**, São Paulo, ano II, n.1, jan. 2006a.

_____. **Produção, cultura do consumo e desenvolvimento sustentável**. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA E TRABALHO. São Paulo: SESC, 2006b. Disponível em: <www.sescsp.org.br>.

LOUETTE, Anne (Org.). **Indicadores de nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: WHH, 2007.

MEADOWS, Donella; RANDERS, Jorgen; MEADOWS, Dennis. **Limits to growth: the 30-year update**. Chelsea: Chelsea Green, 2004.

MIRANDA, Francisca; MONZÓ, Evelyn. **Capital social, estrategias individuales y colectivas: el impacto de programas públicos en tres comunidades campesinas de Chile**. Santiago de Chile: Cepal, 2003. (Serie Políticas Sociales, n. 67).

MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and underdeveloped regions**. London: Duckworth, 1957.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros (Coord.). **A iniciativa privada e o espírito público**: um retrato da ação social das empresas do Sudeste brasileiro. Brasília: Ipea, 2000.

———. (Coord.). **Cultivando os frutos sociais**: a importância da avaliação nas ações das empresas. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_Cultivando_Frutos_Sociais.pdf>.

PUTNAM, R. D. The prosperous community: social capital and public life. **American prospect**, n. 13, 1993.

REINHART, Forest L.; STAVINS, Robert N.; VIETOR, Richard H. K. **Corporate social responsibility through an economic lens**. Cambridge: NBER, 2008. (NBER Working Paper, n. 13.989). Disponível em: <<http://googl/9KKwUF>>.

RIBAS, José Roberto; SMITH, Sandra Burle Marx. O *marketing* verde recompensa? **Cadernos gestão social**, v. 2, n. 1, 2009.

ROCHA, Luciana Veloso; MEREGE, Luiz Carlos. **Um estudo sobre a formação do capital social no Brasil**. São Paulo: FGV, 2001.

ROLSTON, Clyde P.; BENEDETTO, C. Anthony. Developing a greenness scale: exploration of behavior versus attitude. *In*: WINTER CONFERENCE OF THE AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, 1994. **Proceedings...** [S.l.]: AMA, 1994.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

———. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Jeffrey. **The end of poverty**. New York: Penguin, 2005.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

———. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo: Record, 2006.

SOBRAL, Helena Ribeiro. Globalização e meio ambiente. *In*: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; REZENDE, Paulo-Edgar Almeida. **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2003.

TAVARES, Everkley Magno Freire. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. **Holos**, ano 21, maio 2005.

UTTING, Peter; MARQUES, José Carlos. **Corporate social responsibility and regulatory governance: towards inclusive development?** New York: Macmillan, 2010. (UNRISD International Political Economy Series).

VELOSO FILHO, Francisco de Assis; NOGUEIRA, Jorge Madeira. O sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico e a promoção econômica de regiões localidades no Brasil. **Estudos geográficos**, Rio Claro, v. 4, n. 2, p. 1-15, dez. 2006.

WOOLCLOCK, Michael. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and society**, n. 27, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social – 2004**. Brasília, 2005.

ETHOS – INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Porte das empresas associadas**. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/352/o_instituto_ethos/quem_somos/empresas_associadas/porte_das_empresas/porte_das_empresas.aspx>.

LERDA, Juan Carlos. Globalização da economia e perda da autonomia das autoridades fiscais, bancárias e monetárias. *In*: BAUMANN, R. **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2009.

UN – UNITED NATIONS. **Report of the world commission on environment and development: our common future**. Document A/42/427. New York, 1987.